UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

SÃO CARLOS E SEU “DESENVOLVIMENTO”:
CONTRADIÇÕES URBANAS DE UM PÓLO TECNOLÓGICO

Dissertação apresentada como
requisito para a obtenção do título
de Mestre em Geografia Humana

Alessandro Dozena

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Yázigi

São Paulo

2001

Dissertação defendida em 08/06/2001

Banca examinadora:

Prof. Dr Eduardo Yázigi (orientador)

Prof. Dr Francisco Capuano Scarlato

Profa. Dra. Samira Pedutti Kahil

Agradecimentos

A elaboração deste trabalho não teria sido possível sem a colaboração de diversas pessoas, as quais que retribuo com um agradecimento especial:

À Deus pela saúde e oportunidades proporcionadas

Meus pais e irmãos pelo apoio

Ao prof. Eduardo Yázigi, pela atenção disponibilizada na orientação

À Regina pelo auxílio na escrita

Lilian, Ronaldo e Agnaldo, pela acolhida na metrópole

Às professoras Elza de Oliveira e Inês Mancuso, do NPD-UFSCar, pelos dados e informações

Às professoras Samira Pedutti Kahil, Claudete de Castro Silva Vitte e aos professores Francisco Scarlato e Philip Gunn, pela especial interlocução

Ao Eduardo Geraldes pela ajuda nas figuras

Aos amigos da Universidade de São Paulo pela convivência enriquecedora: Carlos, Sandra, Marco, Luís, Nilo, Roberto, André.

À Capes e ao Departamento de Geografia, pelo suporte financeiro e institucional que possibilitou a realização desta pesquisa.

À Kátia,
meu agradecimento total e irrestrito,
pelo incentivo e compreensão
ao longo desta etapa de nossas vidas.

RESUMO

O crescimento urbano em São Carlos tem sido acompanhado por problemas resultantes, principalmente, da ausência de uma política urbana claramente definida. Consequentemente, evidencia-se uma desigual distribuição da infra-estrutura e a emergência de bolsões de ocupação nas regiões mais periféricas da cidade, marcadas pela diferença da qualidade de vida em relação aos habitantes das áreas mais nobres. A partir de elementos que caracterizam a sua transformação urbana, este trabalho analisa a expansão da malha urbana em São Carlos; a segregação resultante desta expansão; a deficiente urbanização; a verticalização; os vazios urbanos; a intensa transformação da área central; os problemas ambientais; a incongruência entre a ocupação do solo urbano e a qualidade de vida da população local; a prioridade do econômico sobre o social, e a inserção da cidade em um contexto de globalização e de “guerra fiscal”.

PALAVRAS - CHAVE: Qualidade de vida, Crescimento, Planejamento, Política, São Carlos

ABSTRACT

The urban growth in São Carlos has resulted in problems, mainly in the absence of clearly defined urban politics. Consequently, there is an unequal distribution of the infrastructure and the emergence of occupation shantytowns in the most outlying areas of the city, marked by the difference of the quality of life relation to the inhabitants of the richest areas. Beginning with elements that characterize your urban transformation, we lectured on the expansion of the urban mesh; the resulting segregation of this expansion; the deficient urbanization; the verticalization; the urban emptiness; the intense transformation of the central area; the environmental problems; the incongruity between the occupation of the urban soil and the quality of life of the local population; the priority of the economical over the social, and the placement of the city in a global_context and of "tax war".

WORDS - KEY: Quality of life, Growth, Planning, Politics, São Carlos

SUMÁRIO

Introdução	13
Capítulo 1 - REFERENCIAL TEÓRICO	25
Capítulo 2 - SÃO CARLOS NO CONTEXTO DA ECONOMIA BRASILEIRA E INTERNACIONAL	41
2.1 O desenvolvimento econômico em São Carlos	41
2.1.1 A formação da cidade: aspectos da urbanização local	41
2.1.2 Evolução populacional	44
2.1.3 O movimento de desconcentração industrial/urbana no estado de São Paulo e o crescimento das pequenas/ médias cidades	49
2.1.4 A tradição industrial	53
2.1.5 Expressividade econômica local	66
2.2 São Carlos no contexto mundial recente	69
2.2.1 O processo de globalização e a “preparação” dos espaços	70
2.2.2 Território e redes geográficas	73
2.2.3 A globalização da/na cidade de São Carlos	77
2.2.4 São Carlos e a “Guerra dos Lugares”	83
2.2.5 Modificações na geração de emprego	90
Capítulo 3 - TRANSFORMAÇÃO DA CIDADE A PARTIR DA DÉCADA DE 50: PROBLEMAS RESULTANTES DO DESCASO COM O PLANEJAMENTO	96

3.1 A expansão da estrutura espacial da cidade e a segregação resultante	97
3.2 Vazios urbanos: a face perversa do crescimento	108
3.3 Dimensão da crise ambiental	112
3.4 Transformações na área central de São Carlos	120
3.5 Contradições da Capital da Tecnologia	133
Considerações finais	138
BIBLIOGRAFIA	145

Sumário de Tabelas

Tabela 1 - Evolução do índice de urbanização em São Carlos e no Brasil	41
Tabela 2 – Evolução populacional em municípios da região de governo de São Carlos	43
Tabela 3 – Distribuição do valor adicionado por ramos em São Carlos	55
Tabela 4 – Participação relativa do valor da produção de São Carlos no total do estado	57
Tabela 5 – Distribuição de estabelecimentos por setor industrial em São Carlos -1996	58
Tabela 6 – Empresas tecnológicas em São Carlos no ano de 2000	59
Tabela 7 – Arrecadação de ICMS nos municípios da região de São Carlos	64
Tabela 8 – Consumo, produção e tratamento de água na cidade de São Carlos, de 1993 a 1996	110
Tabela 9 – Carências das famílias de São Carlos e da região metropolitana de São Paulo	129

Sumário de Quadros

Quadro 1 - Empregados na indústria mecânica por grau de instrução em 1993 – São Carlos	60
Quadro 2 - Empregados na indústria de material elétrico e de comunicações por grau de instrução em 1993 – São Carlos	60
Quadro 3 - Número de empresas por ramos em São Carlos, segundo o tamanho dos estabelecimentos.	62
Quadro 4 - Consumo de energia elétrica na cidade de São Carlos, de 1991 a 1995 (em kwh)	65
Quadro 5 - Investimentos X Geração de empregos	81

Sumário de Gráficos

Gráfico 1 – Crescimento populacional em municípios da região de governo de São Carlos: 1960-1996	43
Gráfico 2 – Diferença entre admissões e desligamentos para todos os setores da economia de São Carlos	85
Gráfico 3 – Diferença entre admissões e desligamentos na indústria mecânica e metalúrgica	88
Gráfico 4 – Diferença entre admissões e desligamentos no comércio atacadista e varejista	89
Gráfico 5 – Plantas aprovadas para edifícios com 4 andares ou mais	117

Sumário de Fotos e Figuras

Foto 1 – Anúncio encontrado no bairro de Barra Funda – São Paulo	46
Foto 2 - Vista aérea da Universidade de São Paulo – Campus de São Carlos	53
Foto 3 – Vista aérea do “Iguatemi Shopping” em São Carlos	76
Foto 4 – Bairro da periferia sul de São Carlos – 1999	98
Foto 5 - Casas construídas em terrenos com altas declividades e altamente permeáveis, na zona sul de São Carlos – 1999	104
Foto 6 - Vista aérea da fábrica Volkswagen em São Carlos	109
Figura 1 – Localização da área de estudo	24
Figura 2 - Slogan de uso oficializado	45
Figura 3 - Evolução da malha urbana de São Carlos de 1940 a 1988	94
Figura 4 - Mapa de São Carlos com a divisão das categorias socioeconômicas	101
Figura 5 - Mapa de diretrizes urbanísticas de zoneamento, uso e ocupação do solo	119
Figura 6 - Centro de São Carlos no ano de 1970	124
Figura 7 - Centro de São Carlos no ano de 1992	125
Figura 8 - Projeção do centro de São Carlos para o ano de 2010	126

Introdução

A origem das preocupações deste trabalho situa-se na minha vivência cotidiana em São Carlos, e da observação do desencadeamento de sua história recente, de seu crescimento urbano e de seus problemas. Localizada a 232 km da capital, no centro do estado de São Paulo, é uma cidade que está em constante transformação urbana devido a existência de inúmeras indústrias, por ser caracterizada como um centro educacional de grande importância, e principalmente por ser um pólo tecnológico¹.

“Até 1940 a cidade se mostrava compacta, com uma grande facilidade de deslocamento, gerada por distâncias curtas. Entre 1940 e 1950, ela mantém as mesmas características da década anterior, com todo o crescimento se dando em regiões adjacentes à área ocupada. De 1950 em diante, no entanto, a cidade explode. Somente entre 1950 e 1960, ela chega a mais do que dobrar a sua área, em relação ao que havia até então. Daí para frente o crescimento se mantém de forma acelerada, com enormes áreas nitidamente rurais sendo incorporadas à cidade entre 1970 e 1988. Apenas após 1988 a cidade parece reduzir o seu ritmo de crescimento, talvez como consequência do elevado número de terrenos deixados vazios nas áreas já loteadas (estimado em 15.000 lotes em 1996)” (SILVA, 1997:51).

Além do crescimento urbano, houve em São Carlos um intenso crescimento populacional. De 1950 a 2000, a população total evoluiu de 22.093 para 192.923 habitantes. A taxa de migrações no ano de 1996 foi de

¹ Entendemos por pólo tecnológico a concentração de pequenas e médias empresas de alta tecnologia, inovadoras, geralmente associadas a universidades, e que podem ser centros de pesquisa e/ou estabelecimentos industriais. Outras denominações existem: tecnopolos, centros de inovação e parques científicos. Adotamos em nosso trabalho a de pólo tecnológico, por estar mais próxima da tradução technopolis (inglês) e technopoles (francês).

2,07%². Essas migrações resultam principalmente do aumento do número de estabelecimentos industriais e da dinamização das atividades econômicas, que atraem pessoas de regiões vizinhas e também de outros estados.

O processo de crescimento urbano em São Carlos deve ser compreendido a partir da sua história local e dos padrões de acumulação que se sucederam. Com o desencadeamento do processo industrial, no início da década de 50, há um aumento populacional e difusão de uma economia urbano-industrial. Nas décadas subsequentes, este crescimento acirrou-se, viabilizando relações com outras cidades da região, do país e do mundo.

A revista EXAME de novembro de 1997 destacou a cidade entre as dez mais importantes do Brasil e entre as quatro mais importantes do estado de São Paulo, em recepção de investimentos³. Ao lado de Sumaré, Taubaté e Indaiatuba, São Carlos foi apontada como cidade emergente. O aumento de indústrias e o desenvolvimento de atividades econômicas são intensificados pela imagem de cidade dinâmica e competitiva que passou a representar.

² Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 1996.

³ A pesquisa da revista Exame utilizou os seguintes critérios: apenas fizeram parte do levantamento municípios com população entre 50.000 e 350.000 habitantes (num total de 462). A partir daí, foram utilizados três fatores para a classificação, cada um deles com pesos diferenciados. Primeiro, apurou-se o volume de investimentos nos últimos três anos. Procurou-se também computar o efeito multiplicador de tais recursos para o município. Junto com isso, verificou-se o crescimento populacional entre 1991 e 1996. Foram levados em conta diversos subitens, como qualidade de vida: o número de leitos hospitalares, o de crianças e jovens matriculados no primeiro e segundo graus, e o percentual de residências com energia elétrica e servidas de redes de água e esgotos. Também outros dois subitens foram contabilizados: o acesso a portos ou rodovias e o número de telefones.

Mesmo considerando que São Carlos apresenta condições que a torna importante receptora de investimentos, não se pode deixar de considerar que todo esse crescimento econômico não conseguiu-se realizar com o correspondente retorno para a qualidade de vida urbana local⁴, na medida em que aumentaram as exigências por infra-estrutura e modificaram-se os padrões de uso do solo. Na ausência de planejamento, descaso de sucessivas gestões municipais, intensificaram-se os congestionamentos e a poluição nas áreas centrais, os impactos no meio-ambiente, o descuido com os parques públicos, os depósitos de entulho de obras nas calçadas, a proliferação de edifícios, a implantação de loteamentos sem os devidos licenciamentos, a implantação de distritos industriais em áreas de mananciais, acidentes de trânsito; e outros problemas, que serão analisados no decorrer do presente trabalho.

Como bem observou Oliveira (1997), se os problemas das cidades do interior do estado de São Paulo, que estiveram à frente dos processos de crescimento urbano, servissem de exemplo e reflexão dos caminhos a se evitar, seria ótimo. No entanto, o pior vem acontecendo - a miopia dos governantes reina. Muitas cidades estão seguindo a trilha equivocada daquelas que, por uma série de circunstâncias, estiveram à frente das políticas de atração industrial, e repetem, vinte anos depois, o que aconteceu nos idos dos anos de 1970: a disputa pela atração de

⁴ Estamos entendendo qualidade de vida como um conceito que expressa a condição de bem-estar dos habitantes de uma cidade.

investimentos (agora promovida principalmente pelos estados). Repete-se, em outro cenário e com outros figurantes, o sucedido vinte anos atrás: a total desarticulação e a falta de planejamento nas decisões presentes, que são voltadas para a esfera econômica, e com conseqüências futuras custosas para as pessoas residentes nessas cidades.

“Certamente, a situação de gravidade que hoje está colocada para os municípios do interior paulista que embarcaram antes no processo de interiorização, será colocada também às cidades que estão participando da atual onda de desenvolvimento” (OLIVEIRA, 1997: 33).

São Carlos é uma das cidades que estão participando desta atual onda desenvolvimentista. Este fato torna-se ainda mais preocupante pela ausência de uma política urbana claramente definida, o que realça a desigual distribuição da infra-estrutura e a emergência de bolsões de ocupação nas regiões mais periféricas da cidade. Amador (1990), demonstra que, já em 1960, o crescimento da cidade demandava uma infra-estrutura inexistente naquele momento. Isto aparece como resultado do efeito urbanizador incentivado pelo café e pela ferrovia, que dinamiza as atividades industriais, comerciais e de serviços.

... “a falta de uma política urbana definida e consciente diante do quadro que se apresentava em 1960, acarretou problemas no atendimento ao saneamento básico, devido a pulverização de bolsões isolados de ocupação, distribuídos pelo perímetro da cidade. Fato semelhante ocorre com a distribuição de equipamentos sociais (saúde, educação, segurança, lazer, etc), pela dificuldade em atender a uma população distribuída desigualmente pelo território” (AMADOR, 1990:213).

Conforme Palhares (1995), que realizou um estudo sobre os movimentos urbanos em dois bairros de São Carlos, a população de renda mais baixa recebe com maior dificuldade os serviços públicos de água tratada, esgoto, escola, dentre outros. Como em qualquer outra cidade brasileira, o cotidiano da população são-carlense mais pobre é marcado pela diferença da qualidade de vida em relação aos habitantes das áreas mais nobres:

“... o desenvolvimento econômico convive com a miséria e a pobreza. Em São Carlos há zonas de favelamento e existem bairros periféricos em que as condições precárias de higiene e a falta de estrutura básica de saneamento se tornam um problema alarmante, não partilhando de um nível mais alto de condições de vida” (PALHARES, 1995:56).

Tais questões e problemas apontam para a necessidade de um planejamento profícuo, tarefa que o mercado não é capaz de assumir (e que não é de sua atribuição). Neste sentido, torna-se fundamental que os governantes e os moradores das cidades em processo de crescimento urbano evitem o caos futuro.

Este estudo objetiva constatar alguns dos inúmeros problemas em São Carlos, resultantes da sucessiva falta de planejamento local. E, a partir de elementos que caracterizam a sua transformação urbana, dissertar sobre a expansão da malha urbana, a segregação resultante desta expansão, a deficiente urbanização, a incongruência entre a ocupação do solo urbano e a qualidade de vida da população local, a prioridade do econômico sobre o social, a inserção da cidade em um contexto de globalização e de “guerra fiscal”.

Independentemente das conotações que o termo desenvolvimento possa ter, neste trabalho ele será compreendido como um processo capaz de proporcionar melhores condições de vida às pessoas, não se limitando às questões de caráter econômico, mas abrangendo também as sociais, as culturais e as territoriais.

“Deve-se buscar um novo equilíbrio entre a economia, a cultura e a política. A idéia de que o aumento de renda e de riqueza econômica é a chave de todas as formas de progresso, não somente de comodidade material, como de educação, de saúde, de condições de vida e de cultura, deve ser profundamente revisada. Se o crescimento econômico tem como contrapartida a destruição dos recursos naturais e a deterioração do meio-ambiente em que vivem os homens, isto não é aceitável e começa a ser cada vez menos aceito. Por outro lado há de se combater a crença de que a economia está naturalmente orientada para o progresso da cultura. Há de se deixar de aceitar a subordinação crescente da cultura e da política pela economia, como se esta fosse um fato natural derivado das necessidades da própria sociedade. De meio a economia tem se convertido em fim” (CHONCHOL, 1997:22).⁵

Dentre várias leituras possíveis, o trecho acima revela que os benefícios promovidos pelo desenvolvimento econômico dos municípios podem, a curto prazo, exacerbar as vantagens. No entanto, a médio e longo prazos, possivelmente, levarão as cidades à bancarrota, com o ganho presente, transformando-se em prejuízo ou catástrofe futura. Enquanto o econômico continuar sendo o fim, a sociedade e o meio-ambiente continuarão subordinados a ele.

Um eixo teórico estará fundamentando o trabalho, na tentativa de fornecer condições para a análise dos problemas urbanos em São Carlos,

⁵ Original em espanhol – tradução livre do autor

tendo como suporte conceitos como desenvolvimento e qualidade de vida. Este eixo acompanhará a interlocução com os vários autores que trabalharam o tema, numa perspectiva crítica que considera o crescimento econômico como uma das condições necessárias para o desenvolvimento humano, mas não como uma condição suficiente e com vinculação automática com o desenvolvimento humano (perspectiva de Amartya Sen).

Em São Carlos, se medirmos o progresso da cidade apenas pelos valores econômicos, como o ICMS, não veremos outros aspectos importantes do desenvolvimento local. O crescimento econômico vem acompanhado do crescimento urbano, mas nem sempre do aumento dos benefícios sociais. Riqueza e pobreza coexistem em uma cidade do estado mais desenvolvido do Brasil, e em uma de suas regiões mais desenvolvidas economicamente, afirmando o fato de que a pobreza é um problema estrutural de todo o país. A heterogeneidade e as desigualdades observadas na cidade não são expressas pelos indicadores econômicos, os quais não refletem adequadamente as diferenças, muitas vezes gritantes, existentes entre os seus diferentes bairros, principalmente entre os centrais e os periféricos.

Para encaminharmos nossa pesquisa, foram utilizados os seguintes procedimentos metodológicos. Realizou-se inicialmente a revisão bibliográfica referente aos conceitos tratados nesta problemática, contribuindo como suporte teórico-metodológico para a realização do trabalho.

Para conseguir mais informações estatísticas, foram utilizadas fontes de pesquisas secundárias provenientes da Prefeitura Municipal de São Carlos, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, da Fundação SEADE, das pesquisas *Condições de vida e pobreza em São Carlos: uma abordagem interdisciplinar* (Núcleo de Pesquisa e Documentação - UFSCar) e *Como reconhecer um bom governo? O papel das administrações municipais na melhoria da qualidade de vida* (Instituto Pólis).

A pesquisa *Condições de vida e pobreza em São Carlos: a questão da pobreza - uma abordagem interdisciplinar*, que teve como objetivos dimensionar, localizar e qualificar a pobreza naquela cidade, realizou-se no segundo semestre de 1994, no Núcleo de Pesquisa e Documentação (NPD) do Departamento de Ciências Sociais da UFSCar - Universidade Federal de São Carlos. Com o objetivo de dimensionar e localizar a pobreza, a população de São Carlos, recenseada em 1991 pelo IBGE, foi distribuída em cinco categorias socioeconômicas: de A, a mais rica, a E, a mais pobre. Essas categorias foram criadas a partir dos seguintes critérios: os valores dos terrenos que serviam de base para o cálculo do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e as condições de habitação e do entorno, a partir de impressões de alguns agentes imobiliários e de alguns recenseadores do IBGE em 1991, que auxiliaram na classificação das áreas, em níveis de A a E. Localizada a “pobreza” e a “riqueza” em São Carlos, a pesquisa “Condições de Vida” partiu para uma segunda etapa, que consistiu no levantamento de dados da população residente nestas áreas a partir de cinco dimensões: habitação, saúde, educação e mercado de trabalho.

Esta pesquisa serviu para demonstrar a situação da população residente na cidade, destacando a segregação sócio-espacial, que acabou por criar espaços diferenciados socialmente. Além disso, forneceu dados que permitiram comparar a realidade da cidade em termos de carência, com as condições de vida da região metropolitana de São Paulo⁶.

O outro estudo que nos serviu de apoio foi o realizado pelo Instituto Pólis: *Como reconhecer um bom governo? O papel das administrações municipais na melhoria da qualidade de vida*. Este estudo teve como objetivo principal demonstrar a importância e o papel dos governos municipais na melhoria da qualidade de vida e no incentivo aos projetos de desenvolvimento local. Foram elaborados índices e indicadores a fim de expressar em números, as ações dos governos de várias cidades. Isto permitiu estabelecer critérios concretos para a avaliação das administrações. Assim, comparou-se a posição de São Carlos em relação a outros municípios paulistas, no que se refere à qualidade de vida urbana.

Também foram extremamente úteis as seguintes publicações locais: Boletim de Conjuntura de São Carlos (SEBRAE/UNESP-Araraquara) e Boletim Tendências (Instituto de Pesquisas ASSER -Associação de Escolas Reunidas). Analisou-se ainda documentos oficiais de vários tipos, como mapas, artigos da imprensa e principalmente análise bibliográfica baseada em livros, artigos de revistas especializadas, dissertações de mestrado e

⁶ Utilizando-se da pesquisa "Condições de vida na região metropolitana de São Paulo", realizada pela Fundação SEADE.

teses de doutorado.

Buscando complementar as informações fornecidas pelas pesquisas acima citadas, foram resgatados dados de documentação direta (dados primários), colhidos de observações na cidade e de entrevistas com técnicos da prefeitura, pesquisadores e representantes de atividades econômicas no município.

O trabalho foi desenvolvido em 3 capítulos e considerações finais. No capítulo 1 encontra-se uma discussão sobre qualidade de vida, desenvolvimento, e de como estes conceitos relacionam-se com o uso e a ocupação do solo urbano.

No capítulo 2, discutiu-se o papel desempenhado por São Carlos no contexto da economia brasileira e internacional, destacando o processo de globalização e suas conseqüências para a cidade. Também mereceu atenção a sua inserção na “Guerra Fiscal”, seu processo de formação, a evolução populacional, a tradição industrial, a expressividade econômica local, a disposição do território em redes geográficas, o movimento de desconcentração industrial e urbana, e modificações na geração de empregos.

No capítulo 3 buscou-se analisar a transformação ocorrida na cidade a partir da década de 1950, quando há a expansão da estrutura espacial e o desencadeamento da segregação espacial. Destacou-se também as modificações da área central, os vazios urbanos, alguns problemas

ambientais e as contradições existentes na “Capital da Tecnologia”.

Por fim, discutiu-se a necessidade e a importância da implantação de um plano diretor⁷ em São Carlos, comandando o crescimento e garantindo melhores condições de vida e de bem-estar aos habitantes (mesmo sabendo que só a existência deste não as garantirá).

⁷ “Complexo de normas legais e diretrizes técnicas para o desenvolvimento global e constante do município, sob os aspectos físico, social, econômico e administrativo, desejado pela comunidade local”. Fonte: ALBUQUERQUE, A.P. *Glossário de termos utilizados no Planejamento Urbano*. Universidade Federal do Pará, Departamento de Arquitetura, Belém, 1985.

Figura 1 - Localização da área de estudo

Organizado pelo autor

Capítulo 1

REFERENCIAL TEÓRICO

Tal como dito na introdução deste trabalho, o termo desenvolvimento será compreendido como um processo capaz de proporcionar melhores condições de vida às pessoas. Neste sentido, os aspectos relacionados à qualidade de vida e à ocupação do solo urbano tornam-se centrais em nosso trabalho, fundamentando-nos teoricamente para a análise posterior da dinâmica urbana em São Carlos.

De modo geral, não há consenso entre os autores nacionais e internacionais sobre o termo qualidade de vida. A amplitude do conceito se expressa de várias maneiras. Muitos o trabalharam, tendo como principal variável o bem-estar das pessoas. Fernandes (1998), associa o conceito de qualidade de vida urbana à melhoria do bem-estar dos habitantes de uma cidade, e considera que a real concretização da qualidade de vida se dá quando os sentimentos de satisfação e de bem-estar são garantidos, em todos os momentos da vida. Na opinião da autora fazem parte destes sentimentos a felicidade, o prazer e a satisfação.

Da mesma forma, Diaz (1985) associa o termo qualidade de vida aos conceitos de bem-estar, condições de vida, nível de vida, satisfação e estilo de vida dos cidadãos. Em sua definição, qualidade de vida corresponde à:

...“combinação dos elementos físicos que compõem as atitudes materiais e culturais da população, num conjunto de valores e normas de conduta e de fatores geográficos que constituem o meio no qual a população satisfaz suas necessidades básicas de alimentação, saúde, habitação,

educação, lazer, segurança, condições de trabalho, vestuário, etc”⁸ (DIAZ, 1985:55)

Adotando uma visão mais abrangente sobre o conceito, e complementando os autores acima citados, Troppmair (1992) associa a boa qualidade de vida com os parâmetros físicos, químicos, biológicos e sociais que permitem o desenvolvimento harmonioso, pleno e digno da vida. Os parâmetros físicos, químicos e biológicos são elementos do ambiente que influenciam direta e indiretamente a saúde humana (luminosidade, umidade, temperatura, qualidade da alimentação, do ar, da água entre outros). Já os parâmetros sociais são representados pelas pressões que provocam reações positivas ou negativas sobre o comportamento humano, tais como o estresse, discriminações por motivos étnicos, religiosos, políticos, entre outros.

Numa perspectiva voltada para as relações homem-natureza, a Comissão de Desenvolvimento e Meio Ambiente da América Latina e do Caribe instituiu o conceito de qualidade de vida como ponto central na relação meio-ambiente/desenvolvimento sustentável. Assim, a qualidade de vida deve ser buscada não somente no caráter individual, mas também no coletivo, disponibilizando a infra-estrutura social em benefício de todos e conservando o meio-ambiente de ações que promovam a deterioração. A Constituição Federal de 1988 também assinala a preocupação com o resgate dos direitos da coletividade, afirmando que

⁸ Original em espanhol – tradução livre do autor

“Todos têm direito ao meio-ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para a presente e futuras gerações” (Constituição Federal, 1988: art.225).

Há diversas formas de entender o significado do conceito de qualidade de vida, na medida em que permite interpretações subjetivas. Em entrevistas buscando as diferentes percepções sobre o que seria qualidade de vida para pessoas de estratos sócio-econômicos diferentes e para membros de grupos técnico e político⁹, Castro (1977) constatou que existem diferenças de compreensão sobre a significação do conceito. Isso mostra que a qualidade de vida não pode ser tomada como algo uniforme, mas sim como uma questão que varia de indivíduo para indivíduo, subjetivamente.

“De modo geral, para os indivíduos entrevistados, a qualificação de suas vidas não se relaciona diretamente às condições físicas da cidade, mas em relação ao acesso a melhores níveis salariais, à educação e à habitação. Já em relação ao significado conceitual do termo qualidade de vida, verificou-se uma heterogeneidade de respostas entre os membros do grupo de intelectuais (técnicos da área governamental, políticos e professores), reafirmando a situação existencial destes, onde a criação de necessidades se pauta nas mais diversificadas fontes de estímulos que não a sobrevivência material imediata”. (CASTRO, 1977:50).

Alguns estudos como os de Ceccato (1994), Fernandes (1998), Lavandeira (1999) e Silva e Melão (1991), analisam a percepção da população em relação às dimensões da qualidade de vida urbana, bem como os graus e as formas de percepção do espaço pelos indivíduos ou

⁹ A pesquisa incluiu, na categoria de político, os indivíduos que exerciam cargos de proeminência no Governo ou membros de associações político-partidárias. Os técnicos entrevistados eram professores universitários, engenheiros e arquitetos.

grupos sociais. Estes autores consideram que a atribuição da qualidade em função do espaço vivido vai além das condições materiais do indivíduo, originando formas de construção de representações que constituem modos de apropriação e apreensão simbólicas destes espaços, nos quais a experiência da percepção desempenha um papel central. Neste contexto, a avaliação dos indivíduos é resultado de um juízo de valor sobre o espaço vivido.

Segundo Silva (1996), o pressuposto embutido na idéia de qualidade de vida é expresso conceitualmente nas condições ecológicas e sociais características de um espaço ocupado e explorado pelo homem com garantias de satisfação de suas necessidades mediante o uso de recursos da natureza e de objetos construídos. Pode ser expressa segundo indicadores determinantes, e, dentre estes, destacam-se a situação sócio-econômica geral e as condições do ambiente físico (planejamento físico, infra-estrutura e serviços urbanos).

Os indicadores de qualidade de vida estão fundamentados em critérios quantitativos, exibidos pelas estatísticas que servem como parâmetros para comparações entre diversas localidades. Alguns indicadores de qualidade de vida são utilizados para analisar as condições de vida: níveis de emprego, condições de trabalho, educação, saúde, consumo de alimentos e nutrição, habitação, segurança social, vestuário, recreação e direitos humanos. Mas existem outros bens coletivos menos

tangíveis, como alguns desejos manifestos pelas pessoas no contexto social: oportunidades ao lazer, oportunidades de consumo, condições ambientais agradáveis e garantia à individualidade. Daminelli (1993), por exemplo, observa a importância de avaliar, além dos dados convencionais, aqueles necessários ao atendimento do que denomina “auto-realização”, ou seja, a liberdade, a diminuição de fatores de “stress” na vida urbana, a existência de oportunidade de trabalho estimulante, etc

Compartilhando desta mesma opinião, Sousa (1982) observa que:

...“o conceito de qualidade de vida modifica-se com o tempo, envolvendo a distribuição dos bens e direitos que uma sociedade julga essencial em determinado período. Envolve também uma série de bens coletivos de natureza menos tangível e nem por isso menos reais em suas repercussões sobre o bem-estar social” (SOUSA, 1982:12).

É indispensável a crítica e a redefinição do conceito, que tem priorizado os aspectos materiais e econômicos. Esta idéia é defendida por Buarque (1993) no artigo “*Qualidade de vida: a modernização da utopia*”. Para ele, nenhum conceito é mais antigo, antes mesmo de ser definido, do que o de qualidade de vida. E que talvez, nenhum seja mais moderno do que a busca de qualidade de vida, sendo ainda mais moderna a sua crítica e a sua redefinição.

Na ótica de Buarque (1993) o conceito de qualidade de vida modificou-se, na medida em que o consumo de massa passou a ser o símbolo da utopia e o padrão de medição da qualidade de vida. Neste contexto, houve para ele a substituição do conceito de qualidade de vida pelo de modernidade, tornando-se símbolo da qualidade de vida não o bem-

estar conseguido graças ao uso dos bens, mas o consumo do próprio bem e de máquinas de última geração.

“A contribuição de cada produto à qualidade de vida passou a ser definida não apenas pelo conforto que ele oferece, mas também pelo grau de inovação que tem. O adicional de qualidade de vida que gera passou a ser identificado com o simbolismo do acesso a ele” (BUARQUE, 1993:158).

Este mesmo autor propõe que a qualidade de vida incorpore a igualdade como meta, e que não mantenha a despreocupação com ela: “A opção é entre a mesma qualidade de vida, com *apartheid*; ou a nova qualidade de vida, que elimine o *apartheid*” (BUARQUE, 1993:160).

A conscientização em relação aos limites do crescimento, sobretudo em decorrência de suas contradições cada vez mais evidentes, começa a ganhar importância. O sentimento de que o crescimento é limitado inviabiliza a construção da utopia consumista para todos. Desta forma, surgem novas abordagens que contestam a idéia de que o crescimento econômico traz consigo o progresso social.

Seguindo estas novas idéias, além do conceito de qualidade de vida, também o de desenvolvimento vem sendo amplamente discutido por alguns teóricos. Dentre estes, assume grande destaque Amartya Sen¹⁰, que vem revolucionando as abordagens referentes a estes conceitos. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) utilizado pela ONU para a medição da qualidade de vida em diferentes países, estados e cidades do mundo, possui

¹⁰ Amartya Sen é um economista e teórico da escola social, nascido na Índia, que desde os anos 70 vem refletindo criticamente sobre os conceitos morais pressupostos na economia do desenvolvimento e na ação pública.

em sua essência o conceito de Desenvolvimento Humano¹¹; proposto e trabalhado por Sen. Tem havido assim, uma renovação no enfoque sobre o desenvolvimento, que continua tendo como principal objetivo a melhoria da vida das pessoas, mas passa agora a considerá-las como fim, e não como meio:

“Os seres humanos são os agentes, beneficiários e juízes do progresso, mas também são, direta ou indiretamente, os meios primários de toda produção. Esse duplo papel dos seres humanos dá origem à confusão entre fins e meios no planejamento e na elaboração de políticas. De fato, essa confusão pode tomar - e frequentemente toma - a forma de uma noção da produção e da prosperidade como a essência do progresso, considerando-se as pessoas como os meios pelos quais tal progresso na produção é obtido (ao invés de considerar a vida das pessoas como a finalidade última e tratar a produção e a prosperidade como meios, tão somente para atingí-la)” (SEN, 1993:313).

Neste sentido, a qualidade de vida passa a ser equacionada de acordo com a capacidade de expansão do exercício do direito de escolhas individuais. As pessoas passam a participar das decisões que influenciam suas vidas, na medida em que adquirem uma postura ativa.

“O enfoque utilizado, às vezes denominado ‘enfoque da capacidade’, concebe a vida humana como um conjunto de ‘atividades’ e de ‘modos de ser’ que poderemos denominar ‘efetivações’ – e relaciona o julgamento sobre a qualidade de vida à avaliação da capacidade de funcionar ou de desempenhar funções”. (SEN, 1993:315)

¹¹ O Desenvolvimento Humano pode ser definido como um processo abrangente de expansão do exercício do direito de escolhas individuais em diversas áreas: econômica, política, social ou cultural. Algumas dessas escolhas são básicas para a vida humana. As opções por uma vida longa e saudável, ou por adquirir conhecimento, ou por um padrão de vida decente, são fundamentais para os seres humanos. Fonte: *Desenvolvimento Humano e Condições de Vida: Indicadores Brasileiros*. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. PNUD, 1998.

A liberdade surge como uma variável importante, permitindo que as pessoas escolham entre diferentes formas de vida. “Não podemos realmente afirmar que uma sociedade seja desenvolvida, a não ser que ela promova uma boa vida para todos os seus cidadãos e lhes assegure a liberdade de escolhê-la” (CROCKER *apud* SEN, 1993:123)

Em uma análise crítica do trabalho realizado por Amartya Sen, Souto (1995) esclarece que, na ótica do autor, o objetivo principal do desenvolvimento é o de melhorar a vida dos seres humanos, não somente na teoria, como na prática, sendo definido em relação ao que as pessoas podem e devem ser e fazer. Para tanto, é utilizado o termo *efetivações*, a fim de designar os diferentes graus de conquistas dos seres humanos. Uma *efetivação* é vista como a conquista ativa de uma pessoa – é o que ela consegue fazer ou ser, refletindo assim uma parte de suas potencialidades. As *efetivações* podem variar das mais elementares, como alimentar-se adequadamente, evitar doenças ou mortalidade precoce, até as mais complexas, como apresentar-se em público sem se envergonhar, desenvolver o auto-respeito ou participar da vida na comunidade. A vida é entendida como uma combinação de várias *efetivações*, sendo a capacidade a expressão da liberdade pessoal de escolher entre elas.

Nos trabalhos de Sen, a capacidade de escolha relaciona-se às oportunidades oferecidas, e que por sua vez delimitam o grau de integração (inclusão) do indivíduo na sociedade. Para que as oportunidades existam,

são necessárias a disponibilidade de recursos econômicos e de uma infraestrutura urbana básica (sem esquecer de outras variáveis importantíssimas, como estar empregado e possuir condições de segurança e de saúde).

Desta maneira, embora Sen acuse a importância dos recursos econômicos, propõe que a riqueza econômica não deva ser o único parâmetro para a medição da qualidade de vida de uma sociedade:

“A prosperidade econômica não leva necessariamente ao enriquecimento da vida das pessoas: países com altos índices de Produto Interno Bruto podem apresentar baixos indicadores de qualidade de vida, como por exemplo, altos índices de doenças e mortes evitáveis e altas taxas de analfabetismo. O Brasil, que apesar de apresentar uma renda média por habitante quatro vezes maior do que Sri Lanka, tem uma esperança de vida média da população cinco anos menor do que aquele país¹²” (SOUTO, 1995:07)

A idéia central de Amartya Sen é a de que os recursos materiais e econômicos sejam utilizados como meios para a obtenção de maior bem-estar. Contrariamente, tem-se valorizado compulsivamente a prosperidade econômica como um fim em si mesma. Embora importante, Sen explicita que “a prosperidade econômica é apenas um dos meios para enriquecer a vida das pessoas, e que é uma confusão no plano dos princípios atribuir a ela o estatuto de objetivo a alcançar” (SEN, 1993:315). Esta perspectiva colocada por Amartya Sen, estará presente neste trabalho.

Também Celso Furtado, intelectual indispensável nas discussões sobre desenvolvimento, tem Sen como seu interlocutor. Constata que a

¹² No ano de 1997, o Brasil apresentava uma esperança média de vida de 66.8, enquanto o Sri Lanka de 73,1. A colocação entre os países, no que se refere ao IDH, era de 79° e 90° respectivamente. Fonte: PNUD/IDH, 1997.

qualidade de vida nem sempre melhora com o progresso material e coloca em xeque os modelos de desenvolvimento exaltados a partir dos anos 50:

“Esses modelos se fundam, todos, na idéia de que a lógica da acumulação, no nível do sistema de forças produtivas, deve prevalecer sobre o conjunto de fatores que conformam o processo social” (FURTADO, 1998: 69).

Dentre as principais idéias exaltadas pelos países desenvolvidos (a fim de que todos os demais países atingissem o desenvolvimento) estavam a ampliação da integração geográfica entre os mercados, a dinamização da atividade industrial e a migração da população para as cidades.

Neste contexto é implantado o “Estado desenvolvimentista” no Brasil, provocando intensas modificações econômicas, sociais e políticas no país. A concretização do projeto de modernização brasileira foi acelerada pelo fato de a palavra modernização e a idéia de desenvolvimento adquirirem um caráter extremamente positivo e de aceitação pela sociedade. Tanto a modernização quanto o desenvolvimento foram reduzidos a sinônimos, estimulando a busca pelo crescimento econômico, única forma de fugir da dependência comercial e da marginalidade no sistema mundial.

Só que este modelo desenvolvimentista, fundamentado nos aspectos da modernidade, acabou por gerar uma enorme exclusão, não apenas de indivíduos, mas também de algumas regiões de países periféricos – marginalizadas no sistema mundial. Uma modernidade incompleta, que priorizou o desenvolvimento econômico, deixando em segundo plano o desenvolvimento social.

"Ao iniciar-se a década de 90, o nível de desenvolvimento humano e social alcançado pelo Brasil situava-se em patamar intermediário, em parte em função do nível de desenvolvimento econômico atingido pelo país. Contudo, esse nível de desenvolvimento econômico poderia ter nos permitido atingir níveis de desenvolvimento social básico bem mais elevado" (FARIA, 1992:108).

Em outras palavras, quando a modernização social e política aconteceu, foi para atender as necessidades da modernização econômica. A própria sociedade moderna entra em crise, pois nem todas as emancipações pregadas pelo iluminismo conseguiram realizar-se.

“ O debate entre os chamados pós-modernistas e os modernistas é um sintoma dessa crise que atinge as raízes da sociedade moderna. Essa sociedade usou pela primeira vez na história o desdobramento de uma racionalização que moldou todos os aspectos da vida social e econômica, seguindo os critérios da razão. Uma razão que foi festejada no auge do iluminismo como meio da auto-emancipação do homem, e foi criticada a partir da segunda metade do século XIX como meramente parcial ” (BRUSEKE, 1996:112).

Portanto, a crise está na realização da razão, que aconteceu de maneira parcial. As idéias da modernidade não conseguiram implementar-se completamente, e daí os desequilíbrios sociais e ambientais: danos ambientais, aumento da pobreza e fome no mundo, a subordinação crescente às lógicas de mercado, as crescentes desigualdades entre os países. As crises social e ambiental constituem um retrato da crise da modernidade, e estimulam a busca por uma melhor qualidade de vida para a sociedade.

Esperava-se que a tecnologia e a ciência, produtos da razão, impulsionassem a humanidade para a constante melhoria das condições de

vida. Embora muitos avanços ocorreram, houve uma enorme perda da solidariedade social, a intensificação da subordinação do poder político pela lógica econômica, a comercialização e dominação da natureza, a valorização do individualismo, a vitória de uma racionalidade técnica e científica subjugada pelo sistema capitalista.

“ A revolução científica do século XVII, instituiu uma feição mecanicista à natureza, despojando-a completamente de qualquer vestígio de sacralização, seja de concepção teológica, filosófica ou ideológica (...) O cientificismo cartesiano atesta o valor da natureza como bem do utilitarismo (...) Separa a sociedade do espaço, corpo de mente, razão de emoção, e o homem da natureza. Consolida-se no paradigma dominante a antropocentrização do mundo” (ALMEIDA, 1993:09).

Começa-se agora a urgir a necessidade de um novo paradigma, que supere o modelo atual de desenvolvimento e substitua o “progresso” a qualquer custo. Um modelo um pouco mais próximo da razão oriental, onde a natureza também esteja mais próxima do ser humano.

Capra já no ano de 1982, visualizava uma mudança no paradigma dominante:

“A mudança do paradigma mecanicista para o ecológico não é algo que acontecerá no futuro. Está acontecendo neste preciso momento em nossas ciências, em nossas atitudes e valores individuais e coletivos e em nossos modelos de organização social” (Veiga *apud* Capra, 1993).

O desenvolvimento sustentável aponta para o resgate de uma racionalização completa, o que:

“incluiu o respeito dos próprios limites da razão, buscando um equilíbrio entre as diferentes lógicas do social, do econômico e do ecológico. Um desenvolvimento com eficiência econômica, prudência ecológica e justiça social” (BRUSEKE, 1996:114).

Trazendo o debate mais geral para nossa problemática, no que diz respeito à ocupação do solo urbano, e incorporando essas idéias mais ampliadas do que seja desenvolvimento e qualidade de vida, abordaremos alguns pensadores que trataram de relacionar o uso e a ocupação do solo com a qualidade de vida e a qualidade ambiental nas cidades, fatores diretamente associados.

Na cidade há uma complexidade de relações, originando uma diferenciação espacial. Esta diferenciação espacial, por sua vez, intensifica os conflitos sociais e as relações segregadoras. Sposito (1996), entende a segregação espacial como o resultado de um processo de diferenciação que se desenvolve ao extremo e que leva, na cidade, ao rompimento da comunicação entre as pessoas, da circulação entre os sub-espacos, do diálogo entre as diferenças, enfim, conduz à fragmentação do espaço urbano. Esta situação acaba por ampliar os problemas na cidade, piorando as condições de vida dos mais pobres.

A cidade passa a criar a pobreza devido ao modelo sócio-econômico e a sua estrutura física, que faz dos habitantes das periferias pessoas ainda mais pobres. Fatores como a especulação imobiliária, os vazios urbanos, a carência de serviços e a pobreza urbana, acabam intensificando a problemática urbana.

Historicamente, as classes dominantes têm ocupado as melhores localizações nas cidades, atraindo as infra-estruturas e serviços para seus bairros. Por outro lado, a segregação dos mais pobres muitas vezes os privam do simples acesso a estas.

"É importante avaliar as condições de acesso à estrutura disponibilizada dada sua localização no espaço urbano em relação ao conjunto de usuários. Não é suficiente apenas suprir a população com uma determinada infra-estrutura, é preciso assegurar a adequação efetiva dos recursos disponíveis às possibilidades do usuário, principalmente pela garantia de uma distribuição espacial equitativa dos benefícios entre as diversas áreas da cidade e segmentos da população"(JOAQUIM, 1999:08).

O próprio processo de urbanização acaba por gerar um espaço urbano iníquo, na medida em que há uma enorme disparidade entre os grupos socioeconômicos e o sistema político não garante iguais direitos aos diferentes grupos. Embora o direito à qualidade de vida não deva ser privilégio de determinadas classes sociais ou segmentos da população, sabe-se que:

“ a estreita relação entre a insuficiência de acesso a bens e serviços públicos e a má qualidade de vida urbana, especificamente referente a serviços básicos como os de infra-estrutura e equipamentos urbanos comprometem a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. A ausência ou falta de infra-estrutura urbana aprisiona os menos favorecidos na subalternidade, favorecendo a exclusão social e reiterando a condição de vida marcada pela miséria" (FERNANDES, 1998:21).

Nas áreas centrais, geralmente providas de infra-estrutura, os problemas são outros. Ali, o adensamento descontrolado aumenta a densidade populacional, com consequentes problemas, como observou Rattner : “A nossa realidade diária está para demonstrar a deterioração da qualidade de vida urbana, em consequência do empilhamento humano em áreas restritas...” (RATTNER *apud* SOUZA, 1989:101).

Nas cidades, na maioria das vezes, busca-se adensar as áreas centrais, devido a existência de infra-estrutura. Porém, a verticalização

provoca modificações significativas no ambiente local:

“ A verticalização aumenta a superfície de absorção de calor (...) também aumenta a superfície impermeabilizada fazendo com que a água escoe mais rapidamente diminuindo a umidade do ar, a evaporação, a transpiração, o que faz sobrar energia para o aquecimento (...) com a verticalização o tráfego aumenta e com isso a poluição também aumenta. O aumento de gases e poeiras na atmosfera provoca o efeito estufa (...) com a verticalização surge o sombreamento (...) isso causa contrastes térmicos entre a parte sombreada e a ensolarada (...)” DOUGLAS *apud* NUCCI, 1996:26).

Podemos constatar que as várias “pressões” provocadas pelo aumento demográfico acabam por desencadear sucessivas alterações no ambiente local, comprometendo a qualidade de vida da população. Em São Carlos, as transformações urbanas foram impulsionadas pela urbanização e industrialização, ocasionando por décadas subsequentes um crescimento rápido e não planejado.

Nos apoiaremos na perspectiva conceitual abordada principalmente por Amartya Sen, que busca um rompimento com o enfoque “economicista”. Nas cidades, como também em São Carlos, o desenvolvimento deve estar comprometido com a qualidade de vida da população local e com a preservação/conservação do ambiente, e não ser apenas sinônimo de reprodução do capital.

Também o conceito de qualidade de vida que nos apoiaremos é o de Sen, que a associa não somente aos recursos econômicos e materiais, mas também ao direito de escolhas individuais. Estas escolhas devem ser garantidas a todos os habitantes, suprimindo a população de suas necessidades de bem-estar: alimentação, saúde, habitação, educação,

lazer, segurança, condições de trabalho, vestuário, dentre outras.

Capítulo 2

SÃO CARLOS NO CONTEXTO DA ECONOMIA BRASILEIRA E INTERNACIONAL

Uma perspectiva mais corrente do desenvolvimento prioriza, tal como discutido anteriormente, as questões econômicas. Apesar de não limitarmos nossa análise a isso, estas não deixam de constituir fator importante para o estudo das transformações urbanas em São Carlos. Neste capítulo, nos propomos a fazer uma análise do papel econômico de São Carlos, reportando a uma perspectiva histórica de seu dinamismo.

2.1 O desenvolvimento econômico em São Carlos

2.1.1 A formação da cidade de São Carlos: aspectos da urbanização local¹³

O surgimento de São Carlos se dá concomitante à expansão do café, em uma época em que a economia de base agro-exportadora, centrada na produção e comercialização do produto, determinava a urbanização no interior de São Paulo.

Com a ampliação da fronteira agrícola, em meados de 1900, houve a necessidade de se criar um local próximo da região de colheita da produção agrícola, antes desta ser embarcada ao exterior. Este fato, associado ao poder econômico e político dos fazendeiros locais, foi suficiente para o

¹³ As informações históricas encontradas nesta seção são baseadas em Devescovi (1987).

surgimento de um novo centro urbano. São Carlos tornou-se um dos pólos da dinâmica cafeeira, passando desde então, por várias transformações.

Da mesma forma que aumentava a produção do café, expandiam-se as atividades econômico-sociais-culturais e o número de habitantes, que permitiriam o arranque da produção industrial no período posterior ao auge cafeeiro.

A partir daí São Carlos afirma-se como tipicamente industrial nos anos 40 e 50, apoiando-se no setor produtivo de bens de capital e bens duráveis.

De acordo com Devescovi (1988), citada por Laisner (1999), a industrialização em São Carlos é significativa sob o ponto de vista da urbanização que produziu. Essa dinâmica ocorrida não apenas nesta cidade, mas em outras do interior paulista, expressa um encadeamento complexo de relações entre núcleos urbanos, dentre os quais as cidades detêm um papel fundamental na reprodução do capital.

Tabela 1 - Evolução do índice de urbanização em São Carlos e no Brasil

	Brasil	São Carlos
Ano	%	%
1940	26,4	52,3
1950	36,2	64,7
1960	45,5	75,1
1970	56,0	88,7
1980	68,9	92,2
1991	75,0	93,8

Fonte: Anuário Estatístico do IBGE, 1996.

A partir das décadas de 60 e 70, há no estado de São Paulo um expressivo crescimento urbano, resultado da industrialização e da modernização agrícola, que expulsou os trabalhadores do campo. Houve ainda mudanças nos movimentos populacionais, comandado pelo processo de desconcentração industrial, que é intensificado a partir de 70. São Carlos acompanha tal crescimento com dados que superam os índices de urbanização nacionais.

2.1.2 Evolução populacional

A população residente em São Carlos, no ano de 2000, totalizava 192.923 habitantes (IBGE), com um crescimento de 182,9% de 1960 a 1996. Também a contagem populacional realizada em 1996 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -IBGE, revelou aumento na população da grande maioria dos municípios próximos de São Carlos. A tabela 2 e o gráfico 1 apresentam a evolução populacional de São Carlos e outros municípios da região nos últimos 36 anos. A tabela 2 informa também a população total dos 7 municípios que formam a Região de Governo de São Carlos.

Tabela 2 - Evolução Populacional em Municípios da Região de Governo de São Carlos.

Taxa de crescimento em % (1960-1996)	1960	1970	1980	1991	1996
São Carlos 182,9	62045	85425	119553	158221	175517
Porto Ferreira 228,2	13375	19216	29991	38492	43893
Sta.Rita P.Quatro 35,7	18326	19064	20876	24124	24874
Descalvado 70,3	15589	15510	20333	25750	27020
Ibaté 271,7	6322	7475	11448	18827	23498
Ribeirão Bonito 57,5	6855	6856	8360	10329	10802
Dourado 47,0	5640	5634	6558	7743	8296

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Gráfico 1-

Crescimento Populacional em Municípios da Região de Governo de São Carlos(SP):1960-1996.

Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

O crescimento populacional contínuo de São Carlos se explica principalmente por movimentos migratórios. A publicação de dados do IBGE, referentes ao ano de 1996, revelou um crescimento anual de 2,07% no número de migrações. Estas migrações resultam do aumento do número de estabelecimentos industriais e do desenvolvimento de atividades econômicas.

Este aumento da população, decorrente em boa parcela de processos migratórios, pode ser ilustrado por vários indicadores que serão relatados durante o trabalho: o aumento do consumo de energia elétrica, do consumo de água, intensificação da verticalização na cidade (aumento dos prédios principalmente na área central), elevação na quantidade de veículos, criação ou ampliação de vários bairros periféricos, acréscimo de mendigos nos semáforos e ruas, de guardadores de carros, de camelôs e de áreas de prostituição.

Dentre os motivos para o expressivo crescimento populacional da região de governo de São Carlos, encontra-se a reversão da tendência migratória no estado de São Paulo, no período de 1980 a 1991. A região metropolitana deixa de ser a principal área de atração de migrantes, e outras regiões do estado, como a de São Carlos, adquirem esta função.

Todo este processo é incentivado pela imagem de cidade dinâmica, científica e competitiva. Um exemplo disto é o *slogan* com as palavras “São Carlos - Capital da Tecnologia”. Este *slogan* é assumido em carros e em outdoors localizados na rodovia Washington Luiz, bem como nos documentos oficiais.

Figura 2: *Slogan* de uso oficializado

Fonte: Technopolis/Encarte da Fundação ParqTec-São Carlos, 1999.

"A iniciativa local não se resume em atar relações específicas com esse ou aquele dirigente econômico ou responsável pelo poder central. Ela deve mais geralmente ser capaz de "vender" a cidade, não no sentido de "Roma, cidade à venda", mas no de fazer conhecer, por um recurso adequado aos meios de comunicação modernos, os diferentes trunfos da sua cidade". (ROCHEFORT, 1998:157).

Em janeiro de 1999, uma quantidade significativa de anúncios, convidando empresários à investirem em São Carlos, foram dispostos pela cidade de São Paulo, como os encontrados nas proximidades do Terminal Rodoviário da Barra Funda, na Rua Augusta e na Avenida Paulista.

Foto 1 – Anúncio encontrado no bairro de Barra Funda – São Paulo

Fonte: Foto realizada pelo autor

A foto explicita a busca por investimentos na cidade, que segundo os dizeres do anúncio apresenta “consumidores plugados nas novidades do Brasil e do mundo”.

Este processo é explicado por Silva (1998) como um “mercado de lugares”, visto enquanto alternativa, sobretudo para investidores, em que as características positivas de diferentes lugares adquirem importância e passam a ser enfatizadas, fomentando a competição entre cidades. Várias delas adotam iniciativas que objetivam impulsionar o crescimento econômico, muitas vezes apoiadas na criação de uma imagem positiva. Esta imagem positiva coloca-se como elemento diferenciador para atrair certos investimentos, mas converte a própria cidade em uma mercadoria, que vai disputar com outras a preferência de consumidores potenciais. É necessário, então, fazer uso do marketing público para se diferenciar e para melhorar a imagem do município ante aos investidores e consumidores potenciais.

Associado à imagem das cidades, um outro processo apresenta extrema importância na dinamização das atividades nas cidades do interior de São Paulo: a desconcentração industrial e urbana.

2.1.3 O movimento de desconcentração industrial/urbana no estado de São Paulo e o crescimento das pequenas/médias cidades

A metrópole de São Paulo passa por um processo de reestruturação após a década de 1970, tendo como um dos principais elementos a dispersão de indústrias para o interior do estado, a partir de um movimento de desconcentração¹⁴ das atividades econômicas, que a estruturaram historicamente como centro econômico do país¹⁵. Forma-se então, uma mancha urbana contígua à metrópole e no sentido dos grandes eixos rodoviários (Rodovia Bandeirantes, Anhanguera, Washington Luís e Dutra).

Foram fatores de intensificação do deslocamento industrial para o interior a existência de infra-estrutura (rodovias, sistemas de energia e de telecomunicações), a elevação do preço dos terrenos e dos aluguéis na região metropolitana, os congestionamentos urbanos, medidas restritivas de caráter ambiental desestimulando a instalação industrial na região metropolitana, a implantação de centros de pesquisa e de tecnologia avançada em algumas cidades interioranas e a existência de instituições

¹⁴ A utilização do termo desconcentração, ao invés de descentralização, vem ao encontro da opinião de Lencioni (1998), que explicita dois motivos principais para tal uso: cada vez mais a propriedade jurídica do capital se centraliza em poucas mãos, e especialmente, reafirma-se de forma crescente a cidade de São Paulo como centro concentrador das atividades de comando do capital.

¹⁵ “O valor adicionado da indústria de transformação, no período de 1970 a 1985, diminuiu na região metropolitana, passando de 67,4% para 52,8%, enquanto no interior aumentou de 32,6% para 47,3%. Ainda no período de 1970 a 1975, 63,1% dos novos empregos industriais se localizavam na região metropolitana, contra 36,9% no interior. Contudo, se verificarmos o período de 1975 até 1985, a proporção de novos empregos é maior no interior do que na região metropolitana. Enquanto esta apresenta a cifra de 48,7%, o interior apresenta a de 51,3%” (NEGRI, 1988).

formadoras de mão-de-obra especializada no interior; além da ideologia que pregava a idéia de melhoria das condições de vida na capital e nas cidades receptoras de investimentos.

Para Lencioni (1994), dentre os vários estímulos governamentais, sejam estaduais ou federais - que também constituíram fatores de intensificação do deslocamento para o interior - merece destaque a instalação de refinarias de petróleo em Paulínia e São José dos Campos, o programa do álcool, o desenvolvimento das indústrias de informática, microeletrônica e telecomunicação (principalmente na região de Campinas), além da construção de modernas rodovias e a duplicação de pistas. Na escala municipal, as prefeituras atuaram no sentido de buscar atrair indústrias pela criação de distritos industriais. Para tanto, houve a isenção de impostos e taxas municipais, além do ressarcimento dos gastos com infraestrutura e terreno. Como resultado, ocorreu o crescimento de algumas cidades no estado, alimentado por uma lógica de distribuição geográfica dos investimentos que buscou distanciar-se das “deseconomias locacionais” da grande metrópole¹⁶. Entretanto, estas políticas também resultaram no endividamento de muitas das prefeituras, que gastaram o que tinham e o que não tinham para subsidiar a vinda do capital produtivo.

Em São Carlos, o crescimento urbano acompanhou o crescimento industrial, apresentando índices de urbanização muito expressivos, como em

¹⁶ O censo de 1980 apontava que a rentabilidade da região metropolitana era menor do que a de algumas cidades do interior (Lencioni, 1998).

várias outras cidades do estado. Cidades que acabaram desenvolvendo todo o suporte necessário para o sucesso do estabelecimento industrial: uma gama de serviços urbanos indispensáveis à reprodução da mão-de-obra e do capital propriamente dito. É importante destacar que as que mais cresceram foram justamente as localizadas próximas ao entorno metropolitano ou às rodovias.

Dentre os grandes responsáveis pela reestruturação social e espacial da região metropolitana de São Paulo encontram-se as empresas oligopolistas e os grupos econômicos. Estas empresas e grupos acabaram sendo os principais promotores do deslocamento das atividades industriais para o interior, bem como os principais responsáveis pela divisão territorial entre produção industrial (interior) e gestão empresarial (capital).

“A difusão da microinformática e, principalmente, da rede de telecomunicações com fibra ótica é que tornou, cada vez mais, possível a cisão territorial entre produção e gestão e a eficácia de sua reintegração social à distância” (LENCIONI, 1998:35).

Esse fato adquire novas proporções com o processo de globalização, que exige uma base técnico-científica-informacional, não abarcando, portanto, todo o território do país. Exige também pontos que se articulam a outros, formando redes espaciais: redes entre espaços racionalizados ou globalizados. Portanto, é fundamental para o avanço do processo de desconcentração industrial e urbana o desenvolvimento das redes de comunicação e de informática, o que permite que a gestão empresarial

passa a ser realizada em vários pontos do território.

Neste processo, algumas cidades passam a se integrar em uma rede de relações econômicas internacionalizadas. Outras se tornam marginalizadas, acirrando a divisão territorial do trabalho, com crescentes desigualdades espaciais.

São Carlos foi favorecida pelo fato de ser um pólo tecnológico e adquirir condições de atrair empresas, muitas delas transnacionais, como a Faber Castells, a Tecumseh e a Volkswagen. Juntamente com outras, fazem da indústria, representante fundamental da expressividade econômica local.

2.1.4 A tradição industrial

São Carlos é uma cidade de progresso econômico especialmente associado à concentração de técnica e de ciência. Desde o primeiro momento de modernização do interior paulista, mostra-se receptiva às inovações e às novas exigências da produção e da economia globalizada. Para entender os condicionantes deste fato, bem como da industrialização local, devemos buscar conhecer a história e os padrões de acumulação capitalista que se sucederam.

A atividade industrial passa a se desenvolver na cidade a partir da última década do século XIX, quando para ali se dirigiram imigrantes, não apenas em função das fazendas de café, mas também atraídos pelas atividades urbanas que a economia cafeeira fomentava. Na cidade, comerciantes e pequenos industriais se estabelecem, organizando uma indústria incipiente e subordinada à economia cafeeira (Devescovi, 1987).

Com a crise cafeeira, expande-se uma economia de caráter urbano-industrial. Diferentemente de outras cidades da região e mesmo do interior do estado, que com a crise do café introduzem o processo de industrialização, tendo como suporte as atividades agro-industriais, São Carlos adota um processo de industrialização que pouco se apoiou na estrutura produtiva rural (pouco significativa). As indústrias que, no decorrer do seu processo de industrialização mais se destacaram foram a de material elétrico e de comunicações (anos 50), e posteriormente a mecânica e a metalúrgica (Devescovi, 1987). A elite agrária local é então "destronada",

perdendo o poder econômico e o poder político. Alguns estabelecimentos locais de maior porte ampliam e diversificam suas atividades, por iniciativa de empresários locais, tornando-se competitivos em relação às indústrias concentradas na capital. Prova disto é que, em 1940, São Carlos chega a responder por 0,7% da população operária do estado, constituindo a nona posição entre os municípios paulistas mais industrializados da época ¹⁷.

Após a década de 1950, intensifica-se o processo de industrialização, antes mesmo do processo de interiorização industrial, ocorrido no estado de São Paulo a partir da década de 1970.

A elite urbano-industrial que substitui a elite agrária, possibilita a transformação de São Carlos em um meio concentrador de técnica e de ciência, na medida em que incentiva a instalação de indústrias, a criação de infra-estrutura urbana (energia-elétrica, iluminação pública, telefone, abastecimento de água, rede de esgoto etc) e a implantação de universidades de destaque: a USP (Universidade de São Paulo) e a UFSCar (Universidade Federal de São Carlos)¹⁸.

¹⁷ Segundo Fernandez (1997), além da capital que concentrava 59,6% da população ocupada na indústria em 1940, São Carlos era precedido de Santo André (6,2%), Sorocaba (3,6%), Campinas (1,9%), Jundiaí (1,7%), Taubaté (1,6%), Santos (1,1%) e Piracicaba (0,8%).

¹⁸ Pela influência junto aos governos estadual e federal na concessão de recursos financeiros e melhorias para o município, dois dos maiores empresários de São Carlos influíram na implantação de importantes indústrias, assumindo destacado papel na formação político-econômica local. Germano Fehr foi o incentivador da instalação de indústrias com projeção estadual e nacional. Ernesto Pereira Lopes seguiu caminho inverso. Como médico de prestígio local fundou um partido político onde foi eleito vereador, em seguida deputado estadual e federal. Foi em sua época, como deputado federal pela ARENA, que São Carlos passou a sediar a única Universidade Federal de São Paulo. (Lima, 1994).

Foto 2 - Vista aérea da Universidade de São Paulo – Campus de São Carlos

Fonte: Encarte da Prefeitura Municipal de São Carlos - 1998.

A Universidade de São Paulo – USP (fundada em 1948) apresenta o predomínio de cursos na área de exatas (exceto o de Arquitetura). Possui quatro institutos: a Escola de Engenharia, o Instituto de Física, o Instituto de Química e o Instituto de Ciências Matemáticas. Já a Universidade Federal de São Carlos – UFSCar (fundada em 1967), possui cursos nas áreas de exatas, biológicas e humanas. A abundância dos cursos de exatas permitiu a formação do pólo tecnológico, na medida em que das universidades surgiram as pequenas empresas de base tecnológica, que hoje constituem o pólo tecnológico¹⁹.

Em meados dos anos 1960, o poder político local começa a se articular com as lideranças econômicas estaduais, no sentido de participar

¹⁹ A cidade apresenta 1 pesquisador doutor para cada 230 habitantes e 1 pesquisador para cada 42 habitantes. Fonte: Encarte da Prefeitura Municipal de São Carlos - 1998.

do movimento de desconcentração industrial da capital, com a concessão de favores e criação de vantagens comparativas, a fim de concretizar a instalação de novas indústrias.

Assim, com o caráter industrial já consolidado e com uma posição geográfica privilegiada no estado, inúmeras indústrias passam a se instalar em São Carlos. Simultaneamente, a população começa a pressionar a administração municipal para que execute uma política de ampliação dos empregos. Devido em parte à estas pressões, é criado o distrito industrial em 1968, beneficiando as empresas que se instalaram e conseguiram se consolidar. É bom lembrar que nos anos 50/60, por meio de política econômica estadual e federal foi implementada uma rede de rodovias no interior do estado de São Paulo, concretizando as ligações de cidades médias com São Carlos.

Mas é sobretudo na década de 70, com a crise da região metropolitana, desencadeada pelo choque do petróleo e pelos investimentos do II Plano Nacional de Desenvolvimento realizados no interior, que observamos uma reversão do processo de concentração industrial na região metropolitana, fazendo do interior a área mais beneficiada (Cano, 1992). Segundo Devescovi (1987), entre 1970 e 1975, a produção industrial local cresceu 253,5% comparada aos 110,5% da média estadual.

No caso da economia do interior paulista, segundo Fernandes (1999), condições vantajosas ali presentes em termos de infra-estrutura viária, mão-

de-obra qualificada e rede urbana consolidada são exploradas na ampliação do capital.

A partir do ano de 1980, a atividade industrial cresce significativamente em São Carlos. Isto pode ser verificado pela análise dos dados referentes ao valor adicionado²⁰, que indica o valor gerado pelos ramos econômicos para o município (ver tabela 03).

Nos anos 80, os movimentos de desconcentração espacial da indústria paulista, intensificam a industrialização do interior. Em São Carlos, esta desconcentração se beneficiou da estrutura anteriormente construída a partir de capitais e de iniciativas locais, assim como da existência de infraestrutura econômica, e de ensino e pesquisa (Fernandez, 1999).

Observamos que a indústria alterou sua contribuição de 64,3% do valor adicionado em 1980 para 64,7% em 1994. A agropecuária apresentou queda de 19,7% para 14,8%. Somente a indústria e os serviços cresceram no período.

Tabela 3 - Distribuição do Valor Adicionado por Ramos em São Carlos

RAMOS	1980	1985	1990	1991	1992	1994
	%	%	%	%	%	%
Agropec	19,7	24,0	16,5	14,1	18,2	14,8
Comércio	15,7	11,9	15,4	16,9	14,5	11,7
Indústria	64,3	63,7	59,5	61,0	59,5	64,7
Outras	0,2	0,3	0,7	0,6	0,5	0,4
Serviços	-----	----- ²¹	7,5	6,7	7,0	8,1

Organização do próprio autor em Abril de 1999. Fonte: Secretaria da Fazenda e Fundação SEADE

²⁰ O valor adicionado é a medida econômica, segundo a Secretaria da Fazenda (1995), que mais se aproxima do Produto Interno Bruto de um estado, região ou município. É com base neste dado que se define a maior parte da parcela do ICMS que retorna a cada município.

A partir de 1980 a indústria mecânica foi a que mais se destacou em relação ao valor adicionado, somente perdendo a primazia no ano de 1994 para as indústrias de material elétrico e de comunicações. Outro tipo de indústria com destaque é a de produtos diversos²², que manteve a segunda posição de 1980 a 1992. As indústrias de produtos alimentícios perdem um pouco seu destaque a partir de 1985 e passam a ocupar a terceira posição. Isto indica que a partir de 1985 houve uma mudança da base econômica do município, antes consolidada nos produtos alimentícios e agora, na indústria mecânica e de produtos diversos.

No contexto estadual o quadro se repete, com a participação da indústria saõcarlense crescendo em relação ao total do estado (embora seu valor de produção seja menor do que o gerado pela agropecuária).

Analisando a participação relativa do valor da produção de São Carlos em relação ao total do estado (tabela 4), verifica-se que a agropecuária é a mais representativa, chegando ao ápice de 2,45% em 1992. A indústria passa de 0,67% em 1980 para 0,93% em 1994, com pequenos crescimentos ao longo do período, sendo os maiores de 1980 para 1985 (0,67% para 0,81%) e de 1992 para 1994 (0,80% para 0,93% - crescimento maior se considerado o período mais curto: 2 anos). Este aumento da participação no

²¹ Dados não disponíveis.

²² Denominação utilizada pela Secretaria da Fazenda. A multinacional Faber Castell é a principal representante deste gênero em São Carlos, com a produção de lápis. Também se encaixam nesta classificação as empresas de instrumentos médico-hospitalares, instrumentos ópticos e de usos técnicos e profissionais.

valor da produção industrial (VPI) no total do estado de São Paulo, vem comprovar a importância do caráter industrial são-carlense. Os ramos que apresentam destaque na participação são a indústria extrativa, a indústria de produtos diversos e a de material elétrico e de comunicações.

Tabela 4 - Participação relativa do valor da produção de São Carlos no total do estado.

RAMOS	1980	1985	1990	1991	1992	1994
Agropec	2,08%	1,92%	2,30%	2,06%	2,45%	2,27%
Comércio	0,59%	0,62%	0,61%	0,72%	0,65%	0,48%
Indústria	0,67%	0,81%	0,85%	0,89%	0,80%	0,93%
Outras	0,09%	0,18%	0,28%	0,16%	0,31%	0,15%
Serviços	-----	----- ²³	0,70%	0,58%	0,63%	0,68%

Organização do próprio autor em Abril de 1999. Fonte: Secretaria da Fazenda e Fundação SEADE.

O parque industrial atual apresenta uma mistura entre a indústria tradicional e a de alta tecnologia, havendo uma distribuição nos setores demonstrados na tabela 5. “A indústria de São Carlos é ainda hoje caracterizada por sua diversidade, predominância de setores da metal-mecânica, e forte presença de capital local” (Fernandez, 1999:07), com 566 estabelecimentos industriais em 1996 segundo a Fundação SEADE²⁴.

²³ Dados não disponíveis

²⁴ Diferentemente da Fundação Seade, o Instituto de Pesquisas ASSER relata 484 estabelecimentos industriais na cidade, provavelmente devido a metodologia de aferição diferenciada.

Tabela 5 - Distribuição de estabelecimentos por setor industrial em São Carlos em 1996.

SETOR	NÚMERO
1- Metalurgia e Mecânica	155
2- Produtos Alimentícios e Bebidas	85
3- Madeira e Mobiliário	46
4- Transformação de Produtos Minerais Não Metálicos	31
5- Atividades Diversas	28
6- Editorial e Gráfica	25
7- Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos	21
8- Construção Civil	18
Material Elétrico e de Comunicações	18
9- Couro, Pele e Produtos Derivados	14
10-Produtos de Matéria Plástica	13
11-Química,Produtos Farmacêuticos e Veterinários; Perfumaria; Sabão e Vela.	11
12-Têxtil	10
13- Papel e Papelão	5
14- Material de Transporte	4
TOTAL	484

Fonte: Informativo Instituto de Pesquisas-ASSER

As empresas de inovação tecnológica estão “incubadas” na Fundação Parque de Alta Tecnologia (ParqTec) e no Centro Empresarial de Alta Tecnologia (CEAT)²⁵. Constituem aproximadamente 70 empresas, que atuam em áreas como aeronáutica, automação, química fina, óptica, novos

²⁵ A Fundação Parqtec atua no sentido de “incubar” e fornecer infra-estrutura para empresas nascentes, oferecer assessoria jurídica, adquirir equipamentos para uso compartilhado das empresas filiadas e fornecer bolsas de estudo para o desenvolvimento nas empresas, de projetos relevantes, com a colaboração das universidades locais. O CEAT compreende em um condomínio industrial instituído em 1988 e que serve a empresa que já tem condições de dispensar a “incubadora”. O terreno é doado pela prefeitura, que exige que a empresa licitante construa pelo menos 500 m², instale rede de água e esgoto e que proporcione pelo menos dez empregos. (Encarte *Technopolis* - São Carlos/2000).

materiais, mecânica de precisão, robótica, instrumentação eletrônica e informática. (Encarte *Technopolis* - São Carlos/2000).

Tabela 6 - Empresas tecnológicas em São Carlos no ano de 2000.

ESPECIALIDADE	NÚMERO
Automação	10
Cerâmica Avançada	04
Consultoria e Projetos	04
Eletro-Eletrônica	07
Engenharia	01
Engenharia de Materiais	04
Equip. e Acess. Industriais	01
Equipamentos Eletrônicos	01
Equipamentos Odontológicos	04
Gasometria	01
Informática/Hardware	01
Informática/Software	16
Instrumentação	04
Liofilização	01
Mecânica Fina	03
Metrologia	01
Química	01
Óptica	02
TOTAL	66

Fonte: Fundação ParqTec – São Carlos, Maio/2000

Um fator de extrema importância é a especialização dos empregados. As empresas incubadas na Fundação Parque de Alta Tecnologia caracterizam-se na sua maioria por uma mão-de-obra extremamente qualificada e pouco numerosa. Os quadros 1 e 2, demonstram a disparidade de especialização existente de modo geral entre a mão-de-obra empregada na indústria mecânica tradicional e a empregada na de material elétrico e de comunicações, onde localizam-se grande parte das empresas de inovação tecnológica.

Quadro 1

Empregados na Indústria Mecânica por grau de instrução em 1993 - São Carlos.

Série	Total	%
4 ^a série completa	2277	28,3
8 ^a série incompleta	1605	19,9
8 ^a série completa	1227	15,2
4 ^a série incompleta	815	10,1
2 ^o grau completo	777	9,6
2 ^o grau incompleto	660	8,2
Superior completo	455	5,6
Superior incompleto	177	2,2
Analfabetos	42	0,5
Total	8035	100,0

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Ministério do Trabalho - RAIS.

Quadro 2

Empregados na Indústria de Material Elétrico e de Comunicações por grau de instrução em 1993 – São Carlos.

Série	Total	%
2 ^o grau completo	37	31,6
2 ^o grau incompleto	23	19,6
8 ^a série completa	17	14,5
8 ^a série incompleta	16	13,6
Superior completo	10	8,5
Superior incompleto	6	5,1
4 ^a série completa	6	5,1
4 ^a série incompleta	2	5,1
Analfabetos	0	0
Total	117	100,0

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Ministério do Trabalho - RAIS.

No quadro da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Quadro 3) é possível observar que o maior número de estabelecimentos (56) concentra-se nas pequenas empresas. Em segundo lugar temos as médias e as micros com 17, e em último encontram-se as grandes com 7²⁶.

O total de empresas de São Carlos cadastradas na FIESP são 98, sendo de grande porte as seguintes:

- *Produtos de matérias plásticas*: Indústria e Comércio Cardinalli.
- *Produtos Diversos*: Lápis Johan Faber;
- *Mecânica*: Refrigeração Paraná (Electrolux), Tecumseh do Brasil
- *Loteamento*: SMF Consultores Associados LTDA.
- *Têxtil*: Tecelagem São Carlos.

Destacamos também a Volkswagen, recém instalada na cidade, que não consta na lista das empresas cadastradas na FIESP no ano de 1997, mas também se encaixa na categoria de empresa de grande porte.

²⁶ Classificação de acordo com o número de pessoas empregadas.

Quadro 3 - Número de empresas por ramos em São Carlos, segundo o tamanho dos estabelecimentos.

EMPRESAS NA FIESP-SÃO CARLOS	TAMANHO					
RAMOS	Micro	Pequena	Média	Grande	TOTAL	%
TÊXTIL	0	4	1	1	6	6,12
COMERCIAL VAREJISTA	1	2	0	0	3	3,06
PRODUTOS MINERAIS NÃO-METÁLICOS	0	8	0	0	8	8,16
METALÚRGICA	1	11	2	0	14	14,29
MECÂNICA	3	8	4	3	18	18,37
MATERIAL ELÉTRICO, ELETRÔNICO E DE COMUNICAÇÃO	0	5	1	0	6	6,12
MATERIAL DE TRANSPORTE	0	0	2	0	2	2,04
MADEIRA	0	1	0	0	1	1,02
PAPEL, PAPELÃO E CELULOSE	0	0	1	0	1	1,02
BORRACHA	0	1	0	0	1	1,02
COURO, PELES E ASSEMBLADOS	0	4	0	0	4	4,08
QUÍMICA	0	1	0	0	1	1,02
PRODUTOS DE MATERIAS PLÁSTICAS	0	0	1	1	2	2,04
VESTUÁRIO, ARTEFATOS DE TECIDOS E DE VIAGEM	0	2	1	0	3	3,06
PRODUTOS ALIMENTARES	2	2	4	0	8	8,16
SERVIÇOS DE RÁDIO-DIFUSÃO	0	1	0	0	1	1,02
SERVIÇOS AUXILIARES DIVERSOS	7	1	0	0	8	8,16
EDITORIAL E GRÁFICA	1	0	0	0	1	1,02
DIVERSOS	1	4	0	1	6	6,12
CONSTRUÇÃO	1	1	0	0	2	2,04
SERVIÇOS INDUSTRIAIS DE UTILIDADE PÚBLICA	0	0	1	0	1	1,02
SERVIÇOS DE LOTEAMENTO E INCORP. DE BENS	0	0	0	1	1	1,02
TOTAL	17	56	18	7	98	100,00
PORCENTAGEM	17,35	57,14	18,37	7,14	100,00	

Fonte: Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP, 1997).

Quanto à porcentagem de concentração de empresas por ramos, o que mais se destaca é o mecânico, com 18,37%, seguido pelo metalúrgico, com 14,29%; e produtos minerais não metálicos, produtos alimentares e

serviços auxiliares diversos, com 8,16% cada.

De acordo com Fernandez (1999), o ajuste que vem passando a indústria em São Carlos, frente às transformações da economia brasileira, possui uma especificidade para cada setor de atividade e categoria de empresa. De uma forma geral, o que se tem verificado é a modernização caracterizada principalmente por investimentos em capacitação de mão-de-obra, identificação de nichos especializados - novos mercados, e ganhos de produtividade.

2.1.5 Expressividade econômica local

O crescimento econômico local e regional é comprovado, dentre vários fatores, pelo aumento da arrecadação de ICMS na região e pelo aumento do consumo de energia elétrica residencial e industrial do município de São Carlos. A tabela 7 abaixo, expressa o desempenho da arrecadação do ICMS²⁷ em municípios não apenas da Região de Governo de São Carlos, mas também de áreas adjacentes.

²⁷ Deve-se salientar que as cidades de Motuca, Américo Brasiliense e Santa Rita do Passa Quatro, entre outras, apresentaram diminuição na arrecadação do ICMS. Tratam-se de municípios cuja economia fundamenta-se em torno das usinas de açúcar, que tiveram uma queda em seus estoques neste período, explicando a diminuição na arrecadação do ICMS. Fonte: Boletim Tendências – Instituto de Pesquisas Asser, nº 4, 1996.

Tabela 7 - Arrecadação de ICMS nos municípios da região de São Carlos*.

MUNICÍPIOS	JAN/MAI 95	JAN/MAI96	DIFER.96/95
ARARAQUARA	18.122.087	24.971.521	37
SÃO CARLOS	16.366.040	22.932.587	40
MATÃO	15.228.472	20.665.510	35
MONTE ALTO	7.039.165	6.483.958	-7
DESCALVADO	3.397.572	2.848.025	16
IBITINGA	2.056.339	2.522.074	22
TAQUARITINGA	2.068.795	1.878.699	-9
ITÁPOLIS	1.424.840	1.329.962	-6
AMÉRICO BRAS.	1.849.789	788.533	-57
MOTUCA	1.233.727	512.408	-58
STA.RITA P. Q.	1.362.354	646.222	-52
PIRANGI	902.606	942.887	4
NOVA EUROPA	772.370	846.853	9
VISTA ALEGRE	493.829	822.518	66
IBATÉ	247.436	291.219	17
TABATINGA	213.882	237.510	11
RIBEIRÃO B.	82.784	575.538	595
RINCÃO	153.805	162.158	5
BORBOREMA	113.039	149.333	32
DOURADO	101.184	103.424	2
B.ESP. DO SUL	66.525	36.827	-44
FERN.PRESTES	22.551	17.381	-32
SANTA ERNEST.	13.393	22.824	70
SANTA LÚCIA	14.298	16.705	16
CANDIDO R .	12.976	16.069	23
DOBRADA	6.029	8.435	39
TRABIJU	-	1.847	----
GAVIÃO P.	-	12	----
TOTAL	73.365.887	88.831.039	22

Fonte: Delegacia Regional Tributária de Araraquara

* (Valores em Reais, referente ao acumulado nos meses de janeiro a maio dos anos de 1995 e 1996).

Por outro lado, diversas cidades apresentaram crescimento significativo na arrecadação. Importância cada vez maior vem assumindo, na região, cidades de porte médio como Araraquara, Matão e São Carlos. Juntos, estes três municípios foram os responsáveis por 67,77% do total do

ICMS arrecadado na região nos primeiros cinco meses de 1995. No mesmo período em 1996, essas cidades respondem por 76,33% do total deste tributo recolhido na região. Trata-se de municípios que assentam sua economia em segmentos diversificados e, portanto, menos sujeitos a alterações sazonais. Tais cidades atravessam, além do mais, um período de desenvolvimento econômico e ampliação relevante de seus parques industriais (Boletim Tendências, nº4).

Também o consumo de energia elétrica apresentou considerável crescimento nos últimos anos, conforme verificado no quadro 4.

Quadro 4 - Consumo de energia elétrica na cidade de São Carlos, de 1991 a 1995 (em kwh)

ANO	RESIDENCIAL	COMERCIAL	INDUSTRIAL
1991	91.154.442	29.654.948	166.291.483
1992	93.448.836	31.134.194	152.683.011
1993	96.019.501	32.591.201	174.655.010
1994	100.364.111	34.372.222	192.359.705
1995	112.504.927	39.203.299	275.635.797

Fonte: Companhia Paulista de Força e Luz, 1997.

Verifica-se um consumo ascendente de energia elétrica no setor industrial desde 1992 e acentuado no decorrer de 1995. A expansão verificada no consumo de energia elétrica residencial e comercial atesta o acelerado ritmo de crescimento urbano.

2.2 São Carlos no contexto mundial recente

Como demonstramos no capítulo anterior, São Carlos exerce uma papel importante função econômica. Esta função tem assumido novas configurações com o processo de globalização. É a este processo que dedicamos a abordagem deste capítulo, no que diz respeito à situação da cidade em um contexto nacional e mundial.

2.2.1 O processo de globalização e a “preparação” dos espaços

O processo de globalização²⁸ está inserido na reestruturação e evolução do sistema capitalista, que necessita da interdependência econômica e política para prosperar. Dentre as derivações do processo, encontra-se a globalização econômica, que apregoa a abertura das economias nacionais para a livre circulação de produtos e capitais.

As leituras em relação à globalização são variadas. Em nossa perspectiva, uma leitura mais interessante seria a que priorizasse os elementos de caráter geográfico, que surgem como fatores novos na globalização. Fatores como a mudança do papel dos Estados nacionais, os novos reordenamentos espaciais assentados sob redes geográficas, a evidência de um meio técnico-científico-informacional, o aumento da fluidez e da conexão em decorrência dos avanços tecnológicos nos meios de transporte e comunicação, a mundialização da produção, da circulação e do consumo. Elementos importantíssimos para começarmos a delinear este novo período.

Com a globalização surge um fato novo que difere dos existentes anteriormente. No contexto de internacionalização ou mundialização, no início do século, a produção era nacionalizada e territorializada. Agora,

²⁸ "A denominada globalização pode ser vista como um período, que se caracteriza, entre outros aspectos, pela incorporação de conteúdos de ciência, tecnologia e informação, pela aceleração das trocas, pela antecipação do trabalho intelectual sobre o material, pela rigidez dos imperativos organizacionais, pela difusão de um discurso de modernização infalível. Esses processos criam um novo espaço geográfico - o meio técnico-científico-informacional" (SILVEIRA, 1998:02). Original em espanhol – tradução livre do autor.

temos a produção mundializada (instalada sob redes geográficas), e coordenada pelo sistema financeiro mundial, pelas empresas transnacionais e pelos Estados nacionais: os agentes da globalização.

Simultaneamente à produção mundializada, há o fortalecimento das políticas neoliberais. Como as ações das transnacionais e do sistema financeiro apresentam menores vínculos com o território, são menores as ligações com aspectos referentes à nacionalidade. Também não há como atribuir alguma nacionalidade ao sistema financeiro mundial, que especula pelas bolsas de valores de todo o mundo e nunca se territorializa. O capital que originou-se em alguma nação multiplica-se na medida que intensificam as ações especulativas, utilizando capitais de países variados, principalmente dos que oferecem juros atraentes.

As empresas transnacionais operam em uma escala global, com o subsídio dos Estados. Quando se territorializam, buscam interagir o mínimo possível com as localidades nacionais, configurando-se em redes geográficas. Exigem uma base espacial com a suficiente dose de técnica, ciência e informação. Estas redes geográficas formam os espaços da globalização, locais preparados para o investimento transnacional pelo poder público, que serve o local com a infra-estrutura necessária, além de isentar as empresas do pagamento de impostos.

Devemos lembrar que as empresas transnacionais continuam com uma identificação nacional muito forte, vinculadas às suas origens. Em seu estudo sobre os mitos da globalização, Batista Jr. (1998) constata que “de um modo geral, a maior parte do capital acionário das empresas fica em

mãos de pessoas físicas e jurídicas do país de origem” (BATISTA JR., 1998:52). Empresas que embora atuem em todo o mundo, ainda possuem uma forte base nacional:

“ Nesse particular, a postura das grandes empresas se caracteriza pela ambivalência. Por um lado, constituem a ‘base material’ da ideologia da globalização. Valem-se dela para criar um clima propício à remoção de barreiras contra a sua ação internacional e fazem questão de propagandear o seu caráter supostamente transnacional. Por outro lado, sempre que necessário, pressionam os governos dos seus países de origem para obter apoio econômico e político em suas operações no exterior” (BATISTA JR, 1998:52).

Nos locais em que se instalam, as empresas transnacionais utilizam-se dos investimentos promovidos pelos Estados nacionais, que se tornam os agenciadores das relações entre o local e o global. Verticalidades interagindo com horizontalidades na configuração territorial²⁹ do espaço geográfico, onde uma esfera financeira produtiva passa a atuar no território de maneira significativa, em forma de redes geográficas.

²⁹ “A configuração territorial é formada pelo conjunto de sistemas de engenharia que o homem vai superpondo à natureza, verdadeiras próteses, de maneira a permitir que se criem as condições de trabalho próprias de cada época. O desenvolvimento da configuração territorial na fase atual vem com um desenvolvimento exponencial do sistema de transportes e do sistema de telecomunicações e da produção de energia” (SANTOS, 1993:38).

2.2.2 Território e redes geográficas

Com o avanço tecnológico verificado no período atual, ampliaram-se as possibilidades de relação entre locais distantes e, de troca intensa de informações, ordens, dados e produtos, uma vez que este processo já vinha ocorrendo desde a formação dos Estados Nacionais e as grandes navegações. Algumas localidades se inserem em um espaço mundializado e permitem a ampliação das redes geográficas³⁰: são os espaços da globalização.

Dando suporte às redes geográficas encontram-se as redes de comunicação e de transporte, compostas pelos meios de transporte (caminhões, trens, navios e aviões), pelas telecomunicações (satélites, redes telefônicas), pelos meios de comunicação (jornal, rádio, televisão) e pela informática (internet, computadores pessoais).

As empresas transnacionais acabam por selecionar o espaço geográfico e a usá-lo. Com isso, a região passou a ser muito mais do que uma simples delimitação cartográfica ou administrativa. Atualmente, ela é definida pelas várias relações capitalistas que se travam em diversas partes do mundo e que se ligam por interesses mútuos ou dependentes entre si. Essa complexidade exige mudanças nas análises espaciais, de modo a priorizar a organização espacial da sociedade, da economia, da política e da

³⁰ Santos (1996) conceitua rede como “toda infra-estrutura que permite o transporte de matéria, de energia ou de informação e que se inscreve sobre um território onde se caracteriza pela topologia dos seus pontos de acesso ou pontos terminais, seus arcos de transmissão, seus nós de bifurcação ou de comunicação” (SANTOS, 1996:209).

cultura; bem como as relações do espaço nacional com o espaço global.

Os promotores das redes geográficas são os mesmos da globalização: o sistema financeiro internacional, as empresas transnacionais e os Estados nacionais.

“Cabe ao Estado, diretamente ou por concessões, e aos organismos supranacionais, prover o território dos macrossistemas técnicos³¹ sem os quais as demais técnicas não se efetivam. Já as empresas, isoladamente ou associadas, estabelecem redes privadas, cuja geografia e funcionalização correspondem ao seu próprio interesse mercantil. É por onde circulam – não raro de forma exclusiva – as informações, os dados especializados e as ordens que estruturam a produção. Quando se fala em fluidez, deve-se, pois, levar em conta essa natureza mista (e ambígua) das redes e do que elas veiculam”. (SANTOS, 1996:220).

A partir das redes pode-se elencar três níveis de conexão: a escala mundial, a dos territórios dos Estados e a escala local. O mundo aparece como primeira totalidade, a segunda é o território, o estado e o país, limitados por fronteiras enfraquecidas pela mundialização das ordens. O lugar, entendido como o local, é o terceiro nível da conexão e:

“é nele que os fragmentos da rede ganham uma dimensão única e socialmente concreta, graças à ocorrência, na contiguidade, de fenômenos sociais agregados, baseados num acontecer solidário (...) as redes são um veículo de um movimento dialético que, de uma parte, ao mundo opõe o território e o lugar; e de outra parte, confronta o lugar ao território tomado como um todo”. (SANTOS, 1996:215).

³¹ “Esta expressão é utilizada por alguns autores alemães, americanos e franceses para se referirem aqueles sistemas técnicos sem os quais os outros sistemas técnicos não funcionariam. Os macro-sistemas técnicos promovem grandes trabalhos (barragens, vias rápidas de transporte terrestre, aeroportos, telecomunicações, etc) (SANTOS, 1996:142).

Para Milton Santos, o entendimento da dinâmica global inicia-se na dinâmica regional, no lugar.

As redes geográficas procuram contornar o território nacional. Um exemplo importante são as empresas transnacionais, que se instalam em locais aptos a recebê-las e exigem um território preparado com infraestrutura de comunicação, onde o deslocamento de produtos, informações e pessoas seja mais eficaz.

Pode-se dizer que a sua produção é integrada com outras empresas localizadas em vários pontos do mundo. Acaba assim, por haver, um enfraquecimento do local onde se instalam, embora argumentem que estão gerando empregos e investimentos em tecnologia.

Dentre as colaborações que as empresas recebem para se instalar, estão os inúmeros benefícios fiscais e outras regalias, que recebem no Brasil a denominação de “Guerra Fiscal”.

Considerando as relações da esfera global com os espaços nacionais tem-se, de acordo com Milton Santos, dois planos de relações socioeconômicas: o das verticalidades e o das horizontalidades. As horizontalidades expressam as relações que ocorrem nos territórios nacionais e as verticalidades, as que ocorrem nas redes mundiais, mas que se relacionam com os territórios nacionais. Na interação entre verticalidades e horizontalidades, resultam novas configurações regionais.

“Em relação às horizontalidades, o vetor da verticalização é um elemento perturbador, já que implica uma necessidade de mudança. Assim, regulação e tensão se tornam indissociáveis em cada lugar. Quanto mais a globalização se aprofunda, impondo

regulações verticais novas a regulações horizontais preexistentes, tanto mais forte é a tensão entre globalidade e localidade, entre o mundo e o lugar. Mas, quanto mais o mundo se afirma no lugar, tanto mais este último se torna único” (SANTOS, 1994:56).

Portanto, a globalização necessita de alguns “nós” da rede, que se caracterizam por espaços racionalizados e globalizados. Utilizando-se de fluxos mundiais, as relações verticais instauram uma esfera transnacional nos espaços nacionais (nós da rede geográfica). E são estes espaços da globalização os que atendem às normas da globalização, normas criadas e adaptadas para o serviço das necessidades das empresas transnacionais, inseridas em uma lógica de acumulação de capital no mercado.

Por fim, deve-se assinalar que as redes de comunicação e transportes permitiram modificações na relação espaço e tempo, como observa Harvey (1989):

“ Há fortes indícios de que a história do capitalismo tem se caracterizado pela aceleração do ritmo de vida, ao mesmo tempo em que venceu as barreiras espaciais em tal grau que por vezes o mundo parece encolher sobre nós” (HARVEY, 1998:219).

Tanto o processo de globalização quanto a inserção de São Carlos num contexto de redes geográficas, tem provocado novas configurações espaciais, como veremos a seguir.

2.2.3 A globalização da/na cidade de São Carlos

O fenômeno da globalização deve ser considerado na análise do tempo atual, que é marcado por rápidas mudanças, inclusive nas cidades. Estas adquirem um papel fundamental para o entendimento das articulações entre o local e o global:

“Uma razão global e uma razão local em cada lugar se superpõe e, num processo dialético, tanto se associam, quanto se contrariam. É nesse sentido que o lugar defronta o mundo, mas também, o confronta, graças à sua própria ordem” (SANTOS, 1999:267).

Para melhor entender a dinâmica da relação global-local, é importante detectar nas cidades quais os elementos ligados à globalização e quais os ligados ao território nacional. Feito isto, a interação entre ambos será mais facilmente compreendida.

Com o processo de globalização, redefine-se a hierarquia dos lugares e das regiões no mundo. De uma forma seletiva, alguns lugares são escolhidos para ser “espaços da globalização”, lugares racionais que obedecem a ordens globais:

“Essa nova etapa do processo secular de racionalização é essencialmente devida à emergência de um meio técnico-científico-informacional, que busca substituir o meio natural e o próprio meio técnico, produzindo os espaços da racionalidade e constituindo o suporte das principais ações globalizadas” (SANTOS, 1999:266).

As condições para a ocorrência da globalização em São Carlos já estão dadas. Este fato é evidenciado por Elias (1999), que realizou um estudo na região de Ribeirão Preto, que engloba São Carlos:

“A expansão dos sistemas de engenharia dos transportes, das comunicações, da eletrificação e da infra-estrutura urbana se deu com grande velocidade e de forma complexa na região de Ribeirão Preto, aumentando a composição orgânica e técnica do seu território, com crescente substituição do meio natural e do meio técnico pelo meio técnico-científico-informacional, facilitando a penetração do novo e do externo e a difusão de nexos técnicos e econômicos mais abrangentes, geridos por uma cooperação estranha à história local, que, desde então, aumenta sua conexão com circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação distantes da organização regional” (ELIAS, 1996:35).

Para Geiger (1999), a reestruturação contínua do espaço brasileiro na atualidade tem formado algumas regiões/cidades globais. A cidade de São Carlos insere-se na região/cidade global de São Paulo, constituindo parte de uma rede de relações influenciadas pela capital.

Na globalização, as metrópoles e os pólos tecnológicos, amparados pelo desenvolvimento dos meios de comunicação, passam a divulgar a imagem de desenvolvimento e de modernidade, constituindo os “centros geográficos privilegiados” de uma economia capitalista internacional e transnacional.

Benko (1999) explicita que as metrópoles exercem funções de comando das transnacionais, sendo os locais onde a rede internacional das empresas capitalistas encontra seus pontos físicos de ancoragem espacial. Também os pólos tecnológicos fazem parte das redes técnico-produtivas de dimensões internacionais, constituindo os pontos de ancoragem das novas articulações entre as economias nacionais e as internacionais.

A implantação de uma grande empresa transnacional, como é o caso da Volkswagen em São Carlos, no ano de 1995, prova que a cidade possui

atributos que a inserem em uma rede de relações de abrangência global.

Por meio das redes de comunicação proporcionadas pelo avanço tecnológico, as empresas transnacionais deslocam-se para os “espaços da globalização”, áreas preparadas para recebê-las e que lhes garantem maior produtividade.

Mas, além destas empresas globais, que instalam, nos espaços nacionais, pontos de rede geográfica subordinados às normas globalizantes, existem outras evidências da globalização nas cidades.

Nas cidades globalizadas, o produto, o consumo e o consumidor também são mundializados, fator que é favorecido pela informação instantânea e simultânea.

Com a introdução de um modelo de consumo mundializado, modifica-se a paisagem de uma cidade, devido principalmente ao surgimento de novas formas de estabelecimentos comerciais de grande porte. Como exemplo, tem-se os “shopping centers”, que contribuem para a homogeneização de comportamentos sociais, massificação do consumo e divulgação de modas e modismos.

Tanto nas metrópoles, quanto nas cidades médias, os “shopping-centers” e as redes de “fast-food” demandam grandes vias de circulação, principalmente para o público que possui automóvel.

Foto 3 - Vista aérea do “Iguatemi Shopping” em São Carlos

Fonte: Encarte da Prefeitura Municipal de São Carlos - 1998.

A foto acima demonstra o “Iguatemi Shopping” em São Carlos, inaugurado em setembro de 1997. Sua construção se deu acompanhada de toda uma infra-estrutura instalada antes mesmo de sua inauguração. Na foto podemos observar as áreas próximas ao shopping, que foram valorizadas pela provisão de asfaltamento, água e esgoto. Silva (1997) destaca o fato de que, já no ano de 1989, havia um bairro inteiro com ruas pavimentadas e praticamente sem casas, contrastando com a região adjacente ao shopping, que mesmo sendo mais ocupada, apresentava as ruas nem sequer pavimentadas.

Com a introdução de formas modernas de comercialização em São Carlos, o comércio tradicional local teve que se adaptar diante da nova concorrência e desorganização do sistema sócio-econômico. Este fato já acontece em São Carlos, principalmente após a instalação do Shopping

Center, no ano de 1997.

Verifica-se a presença de um dos signos globais ligados ao consumo: a rede McDonald's. A rede, que existe em quase todo mundo, atuou e atua como uma das grandes responsáveis por mudanças na forma de alimentação da sociedade. Constitui uma das evidências da globalização na cidade. Podemos citar outros exemplos que não são exclusividade de São Carlos, como as lojas que vendem revistas/jornais de todo o mundo e os canais de televisão que apresentam informações globais.

Outro fato a ser salientado é que a globalização das cidades, enquanto as torna universais, descaracteriza os hábitos de seus habitantes e influencia seus modos de vida. Assim, modifica o espaço geográfico, fazendo com que sejam perdidos os referenciais, expondo o antagonismo entre o moderno e o arcaico.

Em São Carlos, os diferentes bairros alternam modernidade e carência, conforme o verificado por Palhares (1995), citada na introdução deste trabalho. Tem havido a globalização da/cidade, mas boa parte da população não tem usufruído de seus benefícios. Nas cidades contemporâneas, a lógica da globalização e da acumulação capitalista implica em ganhos de um lado e perdas do outro, como afirma Milton Santos:

“O processo de globalização contemporâneo implica a formação de uma sociedade global, que se depara com uma nova realidade. As mudanças ocorridas na estrutura do emprego, o aprofundamento das desigualdades sociais e a necessidade de se deslocar para outro país a fim de encontrar trabalho são alguns dos problemas dessa nova sociedade” (SANTOS, 1999:267).

Além do desemprego que analisaremos adiante, outro elemento importante no contexto brasileiro atual é a disputa pela atração de investimentos, no qual São Carlos está inserida.

2.2.4 São Carlos e a “Guerra dos Lugares”

A partir dos anos 70, impulsionadas pela saída de indústrias da região metropolitana de São Paulo para o interior, alguns municípios iniciam um processo de atração de investimentos, tendo como principal arma a provisão de benefícios aos industriais.

Este cenário passa a ser melhor compreendido, se observarmos que, com o fim do Estado desenvolvimentista na década de oitenta e a crise financeira do governo federal, começa a ocorrer a descentralização do poder, proporcionando maior autonomia de ação aos estados e municípios. Isso é reafirmado com a Constituição de 1988, que permite aos municípios com maior arrecadação de impostos adquirirem condições de atrair mais investimentos.

Na década de noventa, tanto o governo federal, como os estados e municípios, passaram a praticar uma política de incentivos fiscais. Promoveu-se então, o crescimento industrial em lugares com menores índices de modernização territorial e densidade técnica³².

A modernização territorial no estado de São Paulo permitiu o suporte para a inserção em um contexto de competição mundial:

“A abertura da economia, no início dos anos 90, ocorre num momento em que a rede de cidades do interior paulista havia

³² “A densidade técnica é dada pelos diversos graus de artifício. As situações-limite seriam, de um lado, uma área natural jamais tocada pelo homem – uma ecologia selvagem – e, de outro lado, uma área onde haja apenas objetos técnicos maduros, como no centro de negócios renovado de uma grande cidade, onde espaços inteligentes são dispostos para atender prontamente às intenções dos que o conceberam e produziram, objetos muito mais perfeitos que a própria natureza” (SANTOS, 1999:205).

se consolidado, apresentando espaços urbanos modernizados em termos de infra-estrutura de saneamento, energia, redes de transporte intermunicipal, comunicações, comércio, serviços e mercado de trabalho. Em princípio, estas cidades – ou as mais dinâmicas entre estas – estariam em condições vantajosas para competir com outras cidades brasileiras embarcadas no processo de globalização em que foi lançada a economia do país” (FERNANDEZ, 1999:05).

Para atrair indústrias, passa a ocorrer uma intensa disputa entre municípios e estados pela oferta de melhores condições para a instalação. Daí a utilização do termo “guerra dos lugares” ou “guerra fiscal” (a principal arma são os incentivos fiscais). Regionalmente, continuam existindo disparidades de desenvolvimento. Na inexistência de um projeto nacional de desenvolvimento, o que inclui uma política industrial claramente definida, o individualismo municipal emerge. Prefeitos e governadores abandonam a cultura da mendicância de verbas pela cultura do investimento privado, ameaçando a estabilidade do pacto federativo³³.

Melhores condições não poderiam haver para as empresas, pois há enormes possibilidades locacionais resultante do mercado de lugares que surge. Neste novo período, a organização da vida moderna passa a não ser regulada exclusivamente pelos estados nacionais, mas também por uma força global, que não tem maiores compromissos com o lugar.

³³ Os cientistas políticos usam a expressão “pacto federativo” para designar o acordo implícito à existência de uma república organizada com relativa autonomia política estadual. Esse acordo exige o reconhecimento de um poder central, de um interesse nacional que se sobrepõe às prioridades de cada unidade federada. Quando os programas regionais de subsídios fiscais a empresas saem do controle, no entanto, o interesse nacional fica muito difuso. É uma guerra de todos contra todos e nada garante que as desigualdades regionais venham a diminuir ao longo do tempo. Fonte: *Mundo: Geografia e Política Internacional*, Ano 8, nº 02, Abril/2000.

“Nessas condições, a tendência é a prevalência dos interesses corporativos sobre os interesses públicos, quanto à evolução do território, da economia e das sociedades locais. Dentro desse quadro, a política das empresas – isto é, sua *policy* – aspira e consegue, mediante uma *governance*, tornar-se política; na verdade, uma política cega, pois deixa a construção de um destino de uma área entregue aos interesses privatísticos de uma empresa que não tem compromissos com a sociedade local” (SANTOS, 2000:107).

Para favorecer ainda mais as empresas, tornou-se veemente a ideologia que associa a presença das transnacionais ao progresso econômico, subentendido pelos prefeitos e governantes como inserção na globalização.

No entanto, o retorno econômico e social para os lugares que vencem a disputa da “guerra fiscal” é bastante discutível. Quase sempre, os investimentos atendem ao padrão internacional de acumulação de capital e não se voltam à estrutura social local. Como exemplo, o quadro a seguir demonstra que os investimentos estrangeiros não têm gerado o número de empregos esperados, e o pior, têm provocado um encarecimento aos cofres públicos.

Quadro 5 - Investimentos X Geração de empregos

Empresa	Investimento (em US\$)	Empregos	Custo de um emprego <i>versus</i> investimento (em US\$)
Rhodia-Ster	170 milhões	150	1,1 milhão
Ceval	110 milhões	3000	36,6 mil
Volkswagen	250 milhões	1500	166 mil
Brahma	600 milhões	2000	300 mil
Renault	1 bilhão	3000	333 mil
Fibra Du Pont	170 milhões	500	340 mil
White Martins	120 milhões	390	307 mil
Heublein	3,5 milhões	70	50 mil

Informações divulgadas oficialmente pelas empresas no ano de 1998. Fonte:Oliva (1999:92).

A nova produção industrial está se desvinculando da criação de empregos. Na medida em que se tornam comuns os benefícios aos empresários, escasseiam-se recursos para o social (educação, saúde, infraestrutura urbana, segurança, etc).

“A corporatização do território, com a destinação prioritária de recursos para atender às necessidades geográficas das grandes empresas, acaba por afetar toda a sociedade, já que desse modo a despesa pública ganha um perfil largamente desfavorável à solução de problemas sociais e locais. O orçamento é uma norma que, nesse caso, resolvendo um aspecto do conflito distributivo, em favor da economia globalizada, agrava outros. Mas o orçamento não é global, mas nacional, territorializado. A formação social nacional funciona, pois, como uma mediação entre o mundo e a região, o lugar. Ela é, também, mediadora, entre o mundo e o território. (SANTOS, 1999:270).

As características positivas de cada localidade são determinantes para a escolha territorial. Com o avanço tecnológico das formas de circulação de informações e de mercadorias, somado aos expressivos

investimentos em tecnologia de produção, houve uma modificação no campo de atuação das empresas. Agora, a escala de atuação passou a ser todo o planeta, e modificaram-se as “vantagens comparativas” dos lugares. No contexto da globalização, ganham importância lugares que permitam condições de eficácia às empresas globais e que possuam fatores de competitividade como: o desenvolvimento das tecnologias de informação, existência de infra-estrutura de transportes e comunicação, mão-de-obra especializada no local, presença de universidades e centros de pesquisa, moradia e serviços de saúde para os trabalhadores, eficiente transporte coletivo, existência de fornecedores no local, proximidade em relação ao mercado consumidor.

Mas, o imperativo da competitividade exige que os lugares sejam previamente escolhidos entre aqueles capazes de uma produtividade maior. Pode-se considerar a produtividade espacial³⁴ como de fundamental importância para a instalação atual das indústrias.

Nos espaços produtivos, embora ainda importantes, os aspectos naturais “são as condições artificialmente criadas que se sobressaem, enquanto expressão dos processos técnicos e dos suportes geográficos da informação” (SANTOS, 1999:198). Estes locais são capazes de permitir uma produtividade maior a determinada produção, sendo denominados por Milton

³⁴ “Assim como se fala da produtividade de uma máquina, de uma plantação, de uma empresa, podemos, também, falar de produtividade espacial ou produtividade geográfica, noção que se aplica a um lugar, mas em função de uma determinada atividade ou conjunto de atividades. Essa categoria se refere mais ao espaço produtivo, isto é, ao ‘trabalho’ do espaço” (SANTOS, 1999:198).

Santos (1999) de “espaços da globalização”, onde o mundo se dá como norma e espacializa os seus vetores técnicos, informacionais, econômicos, sociais, políticos e culturais. Nesse contexto de competição entre cidades para a atração de investimentos, o fator qualidade ambiental e urbana é muito importante para a escolha locacional.

O que se verifica em São Carlos é que a cidade apresenta um expressivo progresso econômico (Ver tabela 7), e que encontra-se em uma região que desfrutou de diversas vantagens políticas ao longo de sua história. No entanto, tem reproduzido as situações de degradação ambiental verificadas em outras localidades.

Em uma escala maior, verificamos que a busca pela instalação industrial em cidades médias do interior traz consigo a descentralização da problemática urbana. Para a cidade continuar sendo atrativa para investimentos, apresentando-se como competitiva e vantajosa, deverá dar maior atenção a esta questão.

Todos os fatores locacionais³⁵ serão ineficazes caso não haja uma real preocupação com a qualidade de vida local. Nem mesmo a oferta gratuita de terrenos, a isenção de impostos ou outros benefícios modificarão este fato.

³⁵ São Carlos apresenta interessantes fatores locacionais, por ser um centro produtor de inovações tecnológicas, possuir uma boa localização geográfica (próximo à região metropolitana e algumas cidades emergentes do estado de São Paulo), estar próxima da rodovia Washington Luiz e possuir duas universidades de destaque (formando anualmente uma mão-de-obra especializada, principalmente para o ramo tecnológico).

De acordo com Firmino (2000), a cidade possui legislação específica desde 1985, que prevê as seguintes vantagens comparativas para empresas que queiram se instalar:

- Obtenção de terreno completo ou em parte;
- Apoio nos trabalhos de infra-estrutura, desde a preparação do terreno até a execução de arruamento de acesso à fábrica, execução de obras de ligação com redes elétrica e de água etc ;
- Facilidade na instalação da empresa, simplificando a apresentação do projeto de construção, agilizando a certidão de zoneamento, auxiliando nas questões burocráticas para liberação dos documentos necessários para abertura de empresas no âmbito municipal, assessorando e acompanhando os contatos junto aos órgãos públicos federais e estaduais para obtenção de documentação (meio ambiente, normas de segurança, etc), instalação de novas linhas de ônibus urbanos etc
- E, em alguns casos, incentivos e isenções fiscais (FIRMINO, 2000:209).

Ao mesmo tempo em que há a busca por atrair indústrias e investimentos, há a redução dos empregos e a intensificação tecnológica no processo produtivo e na gestão da produção. O desemprego em São Carlos afirma o fato de que a globalização tem consequências negativas importantes, na medida em que agrava a exclusão social.

2.2.5 Modificações na geração do emprego

Embora tenha ocorrido um aumento da participação do valor da produção em alguns ramos e o surgimento de novos estabelecimentos, o emprego formal diminuiu de modo geral, principalmente a partir de 1995 (dados do Relatório Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho - RAIS). Este relatório permite que os trabalhadores que possuem carteira assinada sejam quantificados, com dados coletados mês a mês pelo Ministério do Trabalho, em empresas públicas e privadas. A Lei Federal 4923, instituída em 1965, obriga toda empresa brasileira a informar ao Ministério, mensalmente, qualquer movimentação no seu quadro de pessoal. Neste levantamento, os trabalhadores sem registro em carteira são excluídos. Assim, pode-se estudar o comportamento do mercado de trabalho e suas oscilações setoriais.³⁶

O gráfico 2 mostra a evolução semestral da diferença entre admissões e desligamentos em São Carlos a partir do segundo semestre de 92, para todos os setores da economia :

³⁶ As empresas são subdivididas, segundo o Ministério do Trabalho, em 26 setores: administração pública; agricultura-silvicultura; criação animal e extração vegetal; administração de imóveis e valores mobiliários; comércio atacadista; comércio varejista; construção civil; ensino; extração mineral; indústria química, farmacêutica e veterinária; indústria de borracha, de fumo e de couro; indústria de madeira e mobiliário; indústria de materiais de transporte; indústria de materiais elétricos e de comunicação; indústria de papel e editoração gráfica; indústria de produção de minerais não-metálicos; indústria de produção de alimentos e bebidas; indústria têxtil e de vestuário; indústria de calçados; indústria mecânica; indústria metalúrgica; instituições de crédito, seguro e capitalização; serviços de alojamento e alimentação; serviço médico, odontológico e veterinário; serviços industriais de utilidade pública; serviços de transportes e comunicações; e outros (Boletim Tendências/Instituto de Pesquisas Asser, nº 03, 1996).

Gráfico 2 - Diferença entre admissões e desligamentos para todos os setores da economia de São Carlos

Fonte: Ministério do Trabalho – RAIS/ Boletim Tendências, 1997.

Durante os anos de 93, 94 e primeiro semestre de 95, o número de admissões superou o de desligamentos. Os dois últimos semestres, por outro lado, revelam uma inversão daquela tendência: no segundo semestre de 95 registraram-se 1489 desligamentos a mais que admissões e, no primeiro semestre de 96, houve redução de 370 postos de trabalho. Reduz-se assim de maneira consistente o emprego formal em São Carlos.

Uma leitura possível para a elevação do desemprego é a inserção do município no processo de globalização, onde há uma reengenharia das grandes empresas para se adequarem à velocidade das mudanças. Estas mudanças permitem às empresas se ajustarem ao novo modo de desenvolvimento proposto pelo processo de globalização. O crescimento do desemprego em São Carlos conjuga-se com transformações na economia

brasileira, a qual se ajusta a um novo ordenamento econômico, conduzido pela modernização e pela maior competitividade entre empresas. Há a diminuição de custos (que gera demissões), o barateamento de aquisição de máquinas e matérias-primas (que ocasiona a diminuição de empregos), o aumento da competição internacional (que levou à falência muitas indústrias nacionais) e a terceirização da produção (o que explica a ascensão das microempresas). Acreditamos que essa influência da globalização é maior do que a desorganização da economia, ocasionada pelos sucessivos e fracassados planos econômicos elaborados no período em questão.

Os ramos da indústria mecânica e metalúrgica (que apresentam o maior número de estabelecimentos no setor industrial) são responsáveis pela criação de 1919 novos postos de trabalho entre julho de 93 e junho de 95. Porém, no segundo semestre de 95 e primeiro de 96 tiveram um desempenho oposto, com a redução de 712 postos de trabalho. Isso pode ser verificado no gráfico 3.

Gráfico 3 - Diferença entre Admissões e Desligamentos na Indústria Mecânica e Metalúrgica.

Fonte: Ministério do Trabalho – RAIS/ Boletim Tendências, 1997.

O setor industrial, como um todo, apresenta desempenho negativo nos dois últimos semestres analisados, não sendo exclusividade das indústrias mecânicas e metalúrgicas.

O setor de indústria têxtil e de vestuário foi responsável pela diminuição de 277 postos de trabalho no período em questão; o setor de borracha, fumo e couro apresentou diminuição de 287 postos de trabalho durante o primeiro semestre de 96. Fenômeno idêntico ocorreu com o setor de indústria de calçados: diminuição de 89 postos de trabalho entre janeiro e junho de 96 (Boletim Tendências, 1996).

Segundo Fernandez (1999), embora tenha havido a redução de quase metade da população ocupada na indústria, entre 1980 e 1995, São Carlos permanece apresentando este setor como o maior empregador entre

os setores de atividades urbanas, isoladamente, até o final do período. Ana Fernandez esclarece que este quadro é posterior aos efeitos do processo de abertura comercial, e que, em 1990, o setor secundário ainda era responsável por próximo da metade dos empregos urbanos formais gerados no município. Ou seja, mesmo com a redução dos empregos no setor secundário, a partir da década de 90, este ainda possui fundamental importância para a economia local.

Por fim, no gráfico 4, verifica-se o desempenho dos setores de comércio varejista e atacadista:

Gráfico 4 - Diferença entre Admissões e Desligamentos no Comércio Atacadista e Varejista.

...

Fonte: Ministério do Trabalho – RAIS/ Boletim Tendências, 1997.

Embora os índices sejam positivos entre Julho de 93 e Dezembro de 94, a partir de então ocorre uma sucessão de semestres em que o número de desligamentos é sempre superior ao de admissões: redução de 225 postos de trabalho no 1º semestre de 95, de 355 no 2º semestre do mesmo ano e de 247 no 1º semestre de 96 (Boletim Tendências, 1996). Em São Carlos, até mesmo o Comércio, visto por muitos como a alternativa para o problema da diminuição dos postos de trabalho, está desempregando em larga escala.

Capítulo 3

TRANSFORMAÇÃO DA CIDADE A PARTIR DA DÉCADA DE 50: PROBLEMAS RESULTANTES DO DESCASO COM O PLANEJAMENTO

Considerando o desenvolvimento econômico local, devido principalmente a seu potencial industrial, buscamos neste capítulo analisar os inúmeros problemas da cidade. Problemas que têm ocorrido principalmente pela sucessiva falta de planejamento municipal, mais do que pelo dinamismo de sua economia urbana.

3.1 A expansão da estrutura espacial da cidade e a segregação resultante³⁷

O processo de produção do espaço, dentro de um contexto de relações capitalistas, determina a forma como ocorre a ocupação espacial urbana. Deste modo, as cidades são produtos das contradições inerentes a esse processo de produção do espaço, em determinado período histórico. Apresentam diferenciações no uso do solo, manifestadas pelo processo de segregação sócio-espacial.

Com a segregação, as condições de acessibilidade aos serviços e equipamentos urbanos passam a ser diferenciadas, dependentes da classe social e da capacidade de consumo. Este processo ocorre em toda urbanização capitalista, e qualquer transformação nas relações entre os grupos sociais tem um reflexo tanto sobre o processo de urbanização, quanto sobre a forma e a intensidade da segregação.

A própria dinâmica capitalista gera contradições, e tem como pano de fundo as práticas de produção e reprodução do espaço, em uma sociedade estruturada em classes. Os interesses evidenciados na oposição capital-

³⁷ As informações históricas encontradas neste capítulo estão baseadas principalmente em Devescovi (1987) e Laisner (1999).

trabalho (e manifestados na propriedade privada), concretizam-se no espaço sob a forma da organização, distribuição, ocupação e apropriação diferenciadas desse espaço.

O que se verifica é a articulação em direção a políticas urbanas de investimentos públicos e privados diferenciados, e que tendem a priorizar os setores rentáveis da produção e do consumo, em detrimento dos serviços destinados a atender as necessidades da população em geral. Esta população subjugada, é posta à margem da sociedade, cada vez mais vítima de um Estado que se ausenta dos deveres de fornecer os direitos necessários à sua reprodução.

Diferentemente do que ocorreu em outras cidades do interior paulista, que funcionaram como verdadeiros “ímãs” de atração da mão-de-obra rural, São Carlos recebeu este contingente de trabalhadores em proporções bem menores³⁸. Deste modo, a formação de bolsões periféricos se deu pela expansão desordenada e não planejada do tecido urbano, e não como em outras localidades do próprio estado de São Paulo, onde os trabalhadores volantes da agricultura foram o motivo principal do inchaço dos espaços periféricos nas cidades.

³⁸ O que explica este fato é que, com a decadência da cafeicultura na região, as atividades rurais em São Carlos se voltaram para a pecuária, e não para a agricultura, como em outras localidades. “Devido ao fraco desempenho da agricultura, particularmente no período de 1940 a 1970, o município de São Carlos não contou com atividades rurais importantes como fonte de trabalho, condição responsável, talvez, pelo fato de que o fenômeno do “bóia-fria” (os trabalhadores volantes da agricultura) não atingisse proporções significativas em São Carlos, pelo menos até o final da década de 60, quando em outros municípios ele já vinha ocorrendo desde a primeira metade dessa década” (DEVESCOVI, 1987:172).

Figura 3 - Evolução da malha urbana de São Carlos de 1940 a 1988

Fonte: Silva (1997).

Mas para o melhor entendimento desta problemática, devemos analisar, historicamente, a questão das moradias operárias e das formas de ocupação habitacional em São Carlos.

Entre o início do século e os anos 1920, houve o aumento dos estabelecimentos industriais, com conseqüente afluxo de trabalhadores à procura dos empregos gerados tanto no ramo industrial como no de serviços. Isto gerou problemas relativos à escassez de habitação. Segundo Devescovi (1987), nos anos 1910, 1920 e 1930, a construção de moradias

de aluguel representou um excelente investimento para todos aqueles que dispunham de capital, especialmente a burguesia industrial.

As moradias alugadas eram a forma predominante de habitação da classe operária³⁹ e de outros segmentos sociais de baixa renda. Como o preço do aluguel era alto, uma parcela da população passou a ocupar espaços que se caracterizavam por condições de higiene precárias, os denominados cortiços.

Embora proibidos por lei municipal⁴⁰, os cortiços existiam normalmente ao lado de propriedades de comerciantes, profissionais liberais, famílias de fazendeiros e industriais locais. Este fato preocupava a burguesia e a classe média, na medida em que estas sub-habitações eram focos epidêmicos que poderiam afetar indistintamente toda a população.

A carência de habitações se evidencia no momento em que a demanda por moradia torna-se muito superior à oferta. É quando o Estado passa a intervir na relação capital-trabalho, fornecendo algumas condições necessárias à reprodução da força de trabalho, como a habitação popular. Buscam-se então, alternativas para a modificação do padrão de moradia popular, até então baseado em cortiços e em moradias alugadas.

³⁹ “Os maiores capitalistas industriais locais, tais como Germano Fehr, Silvério Ignarra Sobrinho e Argeo Vinhas, além de outros investidores imobiliários, construíram ou compraram, entre os anos 20 e 40, vários pequenos aglomerados de casas geminadas, próximos aos seus estabelecimentos industriais” (DEVESCOVI, 1987:202).

⁴⁰ Código de Postura da Câmara Municipal de São Carlos de 1929, p.31 (DEVESCOVI, 1987:206).

“Surgiu não só a necessidade de uma participação direta dos órgãos estatais na produção de habitações mas, sobretudo, a necessidade de institucionalizar um novo padrão de moradia popular e de criar uma nova expectativa de habitação para o trabalhador: a casa própria e não mais a moradia de aluguel” (DEVESCOVI, 1987:217).

No início da década de 1940, surgem leis, não só municipais⁴¹, que buscam disciplinar a ocupação do solo urbano por meio de uma segregação espacial mais bem delimitada, em loteamentos distantes da área central, constituindo um padrão periférico de ocupação do espaço urbano.

O aumento das casas próprias impulsiona a abertura destes loteamentos, em detrimento de grande quantidade de vazios urbanos. Esta nova realidade urbana, consolida e generaliza um novo padrão de moradia para a população de menor poder aquisitivo: a casa própria auto-construída.

Nestas novas áreas loteadas, a população de menor poder aquisitivo instalava-se, seguindo a orientação imposta pelos interesses particulares dos proprietários fundiários. Começam a se formar alguns bolsões periféricos, sob a forma de novos loteamentos precariamente implantados.

Em princípio, a ocupação principal passou a ocorrer no sul do eixo principal (que era a avenida São Carlos), caracterizando-se pela instalação de residências operárias, produto dos estabelecimentos industriais ali presentes. No decorrer da dinâmica industrial, e com a instalação de novas

⁴¹ “Em 1941 a Secretaria Estadual de Educação e Saúde Pública autorizou a construção em São Carlos de casas de meio tijolo para baratear a construção e fora da zona central; e, em 1948 a Prefeitura Municipal promulgou um decreto-lei visando facilitar a construção de casas populares em zonas afastadas do perímetro central da cidade.” (DEVESCOVI, 1987:210).

unidades produtivas nesta região (próximas aos meios de transporte rodoviário e ferroviário), este processo se intensificou⁴².

Desse modo, os loteamentos foram sendo abertos a partir do pólo industrial inicial, formando bairros ocupados predominantemente por operários⁴³. Nas áreas centrais localizavam-se as residências de alto padrão e os estabelecimentos comerciais. Desde essa época, a região central vem passando por modificações intensas e processos de degradação, como verificaremos adiante.

O fato que consolidou a segregação espacial de parcela da população foi a instalação dos ônibus como forma de transporte coletivo urbano, a partir da década de 1930. Os ônibus substituem os bondes e criam as bases para o surgimento de novas áreas de ocupação urbana, propiciando a abertura de loteamentos periféricos. Como o trajeto não exigia percurso fixo e nem grandes investimentos iniciais, tornou-se possível, ao contrário dos bondes, a constituição de linhas ramificadas de transporte, em bairros com baixa densidade populacional e mais afastados das áreas centrais. Possibilitou-se

⁴² “Com a perda de importância da circulação ferroviária (a partir dos anos 60) percebeu-se uma certa dispersão dos novos estabelecimentos industriais, os quais passaram a ter como principais fatores locais a proximidade com a circulação rodoviária e não mais com o eixo ferroviário. E foi exatamente nesse contexto que começaram a surgir alguns pequenos bolsões industriais em outras áreas urbanas e, em particular aquele situado à noroeste da cidade, às margens da rodovia, o qual, por sua vez, também contribuiu para a expansão de bairros residenciais compostos por contingentes populacionais de baixo poder aquisitivo, tais como o Jardim Industrial e o Parque Delta (loteamentos abertos, respectivamente, no final da década de 1950 e início dos anos 70)” (DEVESCOVI, 1987:184).

⁴³ “Alguns desses loteamentos foram destinados, desde o início, a uma população de maior qualificação profissional. A Cidade Jardim e o Jardim Santa Paula, por exemplo, constituídos em meados da década de 1950 e localizados à noroeste do núcleo central da cidade, sempre dispuseram de todos os equipamentos e serviços públicos, sendo ocupados desde o início por uma população composta predominantemente por técnicos, funcionários administrativos e professores universitários” (DEVESCOVI, 1987:188).

ainda a ocupação distante das áreas centrais, favorecendo pequenos e grandes investidores imobiliários mediante a valorização da terra urbana.

A partir da década de 1950, São Carlos deixa de ser uma cidade onde as diferentes classes sociais convivem próximas, e passa a haver a expulsão gradual dos pobres para áreas afastadas, em um processo de segregação sócio-espacial e formação de zonas periféricas destinadas à moradia das camadas mais empobrecidas.

Com a intensificação da migração, esse processo se acentua e passa-se a perceber claramente a espacialização da pobreza e da riqueza na cidade.

Foto 4 - Bairro da periferia sul de São Carlos - 1999.

Foto cedida por Regina Laisner

Na foto acima, verificamos que de modo geral, a ocupação da periferia se deu sem planejamento algum, sendo a regra primeiro ocupar e depois cuidar da infra-estrutura. As ruas irregulares, que foram abertas sem um plano prévio, foram preenchidas por casas construídas com poucos recursos e pelos próprios moradores, o que lhes confere um aspecto precário, que junto às marcas de ausência de serviços – falta de iluminação pública e asfalto e às vezes esgoto correndo a céu aberto – compõem o local de moradia das camadas mais pobres da população.

De acordo com Laisner (1999) *apud* Devescovi (1987), o poder público poderia ter interferido neste processo organizando a ocupação do solo urbano. No entanto, limitou-se a suprir as áreas ocupadas com serviços públicos e infra-estrutura depois que essas áreas já tinham se constituído. Assim, favoreceu os interesses dos empreendedores imobiliários e mostrou-se conivente com loteamentos irregulares, que no início da década de 60 representavam 45% do total dos loteamentos.⁴⁴

Há uma diferenciação social no espaço, criada proporcionalmente à expansão da cidade. Na pesquisa “Indicadores Sociais”, realizada com dados coletados em 1994, evidencia-se o fato de que, enquanto nas áreas residenciais mais ricas as necessidades em relação à infra-estrutura urbana já foram totalmente satisfeitas, nas áreas mais carentes da cidade de São Carlos 53% dos domicílios localizam-se em ruas sem pavimentação, 61%

⁴⁴ Esta é a mesma técnica de especulação imobiliária verificada em São Paulo e em outras cidades do Brasil. A exemplo da maioria das cidades brasileiras, São Carlos cresceu sem um planejamento prévio. A segregação sócio-espacial na cidade repete um modelo de crescimento comum em nosso país.

sem, no mínimo, guias e sarjetas, e 19% sem esgotamento sanitário. Há portanto, uma relação entre a localização espacial dos pobres e a intensidade das carências das condições habitacionais.

O espaço geográfico são-carlense é claramente delimitado pelo local de moradia dos “ricos” - os bairros centrais e bem equipados -, e o local de moradia dos “pobres” - a periferia com suas carências – cada qual no seu devido lugar. Alguns bairros mais ricos têm sido criados em locais mais afastados do centro e de sua vida agitada e barulhenta, mas são em menor número, além de contarem, diferentemente dos bairros mais pobres, com uma ampla infra-estrutura (Laisner, 1999).

A concentração dos pobres na periferia da cidade é comprovada pelo mapa que espacializa a pobreza e a riqueza em São Carlos. Podemos afirmar que a população migrante em busca de melhores condições de vida, também se concentra nestas áreas.

Figura 4: Mapa de São Carlos com a divisão das categorias socioeconômicas⁴⁵

Fonte: Pesquisa “Condições de vida e pobreza em São Carlos: a questão da pobreza - Uma abordagem interdisciplinar”. NPD - Núcleo de Pesquisa e Documentação - DCSO/UFSCar, 1994.

⁴⁵ O mapa representa a população de São Carlos recenseada em 1991 distribuída em cinco categorias socioeconômicas: de A, a mais rica, a E, a mais pobre. Estas categorias foram criadas a partir dos seguintes critérios: valores do terreno considerados pelo Imposto Predial e Territorial Urbano, condições de habitação e impressões de habitantes sobre o que consideram rico e pobre em sua própria cidade (RIGOLIN, 1994:11).

Com a intensificação do processo de periferização na cidade, a acessibilidade da população pobre ao centro piora em função das maiores distâncias de percurso e da precariedade do transporte coletivo do qual é cativeira. Permanece, assim, isolada em áreas com baixa acessibilidade às oportunidades urbanas existentes, em especial as relacionadas às atividades de trabalho e de educação (Joaquim, 1999).

Os processos de especulação imobiliária acabaram por criar em São Carlos vazios urbanos, que intensificam a problemática urbana local.

3.2 Vazios urbanos: a face perversa do crescimento

O crescimento das cidades no Brasil tem como um dos principais impulsionadores a especulação imobiliária e fundiária, que age determinando e condicionando o acesso ao solo urbano. No processo de especulação há o ganho sem investimento, a não ser o da compra do terreno. Como consequência, desorganiza-se a estrutura interna das cidades e surgem os vazios urbanos.

A relação com a especulação passa a existir na medida em que os vazios urbanos surgem nos interstícios dos loteamentos criados em áreas distantes, em descontinuidade aos bairros mais centrais.

São Carlos apresenta vários terrenos ociosos. O poder dos especuladores imobiliários evidencia-se na medida em que o poder público "opta" pela urbanização de locais distantes, não se utilizando dos terrenos já servidos por infra-estrutura. Loteamentos proliferam-se na periferia, onde uma parte da população expulsa da área central se aglutina.

Em artigo publicado na *Folha de São Paulo* por Ferraz (1991), a partir de um estudo específico do caso de São Carlos, o autor chega à conclusão de que a simples reorganização da cidade em padrões de densidade mais elevados (reduzindo-se os vazios urbanos) reduziria também a quilometragem diária do sistema de transporte público de 13500 para cerca de 4000 quilômetros. Afirmar ainda que o custo adicional decorrente das distâncias percorridas será pago indefinidamente pela sociedade, na medida em que a economia obtida com as redes de infra-estrutura seria de

aproximadamente 9 milhões de dólares, se a cidade tivesse sido ocupada com níveis de densidade semelhantes aos das regiões mais adensadas da própria cidade (naquela época ainda não tão verticalizada).

Há uma total incoerência, ou nos termos do autor do estudo referido, irracionalidade, na ocupação do solo urbano. E isto não acontece apenas em São Carlos, mas em grande parte das cidades brasileiras. "Este fato, comum em quase todas as cidades do país, denota que o problema do Brasil não é apenas a carência de recursos, mas sobretudo, a falta de racionalização na utilização destes" (FERRAZ, 1991:36). Com a Lei de Responsabilidade Fiscal, implementada em 2000, espera-se que este problema venha a ser solucionado.

Os vazios urbanos contribuem para a diminuição da acessibilidade⁴⁶ em relação ao local de trabalho e ao centro da cidade (onde se encontram a grande parte dos equipamentos urbanos). Cria-se a diferenciação rico-pobre, marcada por uma acessibilidade menor dos pobres residentes em áreas periféricas, e que necessitam deslocar-se principalmente às atividades de educação e de trabalho. Por outro lado, a prefeitura é obrigada a espriar as redes de serviços públicos, em razão do espraio da cidade⁴⁷.

⁴⁶ Acessibilidade pode ser entendida como a facilidade com que os destinos desejados são alcançados ou que uma separação espacial é transposta (JOAQUIM, 1999:07).

⁴⁷ Um dos fatores responsáveis por este espraio em São Carlos são os loteamentos populares ao sul, localizados em terrenos com alta declividade, altamente permeáveis e habitados por uma população de baixa renda. Um dos melhores exemplos é o Bairro de Cidade Aracy, que de duas moradias em 1991, passou a 1200 - indicando um crescimento habitacional da ordem de 600 vezes (Joaquim, 1999). Neste mesmo bairro, figura como grande loteador da área Airton Garcia, vice-prefeito da cidade até o ano de 2000. Laisner (1999) verifica que como proprietário, incentivou a invasão de lotes e doou alguns terrenos, com o objetivo de que a área fosse reconhecida como de loteamento e portanto, de vendas de outros terrenos.

Foto 5 - Casas construídas em terrenos com altas declividades e altamente permeáveis, na zona sul de São Carlos – 1999.

Foto cedida por Regina Laisner

O transporte coletivo passou a percorrer locais antes desabitados e a abarcar maiores distâncias. Este padrão caótico de uso e ocupação do solo resulta na separação das atividades urbanas, com prejuízos principalmente àqueles desprovidos de automóvel.

A acessibilidade é um dos componentes da qualidade de vida urbana, permitindo às pessoas a realização de tarefas necessárias à reprodução

social, como o lazer, o consumo, o trabalho e a educação.

As condições de acessibilidade estão diretamente relacionadas à segregação sócio-espacial, à especulação imobiliária e à ausência de instrumentos de ordenação e controle do crescimento urbano. Em São Carlos, a região central aparece como a de maiores níveis de acessibilidade, ao contrário das regiões periféricas:

“Característico do padrão de crescimento de São Carlos, na região sul (bem como nas demais áreas periféricas), a rarefação do tecido urbano, as baixas densidades, se transformam em aspecto negativo no que se refere à acessibilidade. As baixas densidades de ocupação não favorecem as comunidades de baixa renda aí localizadas, que têm acesso restrito ao automóvel e dependem quase sempre exclusivamente do serviço de transporte coletivo (quando esta alternativa não é inviável economicamente)” (JOAQUIM, 1999:112).

Outra face do crescimento urbano em São Carlos é a questão ambiental, que tem sido deixada em segundo plano, em nome do “progresso”.

3.3 Dimensão da crise ambiental

Em todo o mundo a questão ambiental ganha destaque, principalmente devido aos danos ocasionados pelo modelo de desenvolvimento empregado pelas sociedades capitalistas, fato evidenciado por muitos autores, como Amartya Sen. Começa-se a perceber que muitos dos benefícios da civilização tecnológica contemporânea implicam em um enorme custo ambiental, acarretam colapsos ao ambiente urbano e perdas nos setores econômico e produtivo. Como alternativa a este cenário, tem sido proposta a sustentabilidade, que surge como crítica da sociedade industrial e das perversidades da modernização industrial. Inicia-se um período de maior conscientização acerca dos perigos que o modelo atual de desenvolvimento econômico implica.

Conforme Vieira (1985) *apud* Souza (1999), o termo desenvolvimento sustentável foi utilizado pela primeira vez em 1973 por Maurice Strong, sendo em 1974 aprimorado por Ignacy Sachs. Com a evolução do conceito, passou-se a propor um modelo de crescimento econômico que minimizasse os impactos sócio-ambientais, satisfazendo as necessidades das pessoas e melhorando a qualidade de vida.

No conceito de desenvolvimento sustentável, pressupõe-se que o mesmo ocorra com o controle da poluição e a devida proteção e preservação dos recursos naturais e ambientais, permitindo a contínua renovação desses recursos. Segundo a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas, WCED (1987), o

“desenvolvimento sustentável é aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as futuras gerações atenderem as suas próprias necessidades”.

A economia de uma cidade ou país só tem a ganhar com um ambiente saudável. Este é o enfoque do conceito de desenvolvimento sustentável, que “encara a sociedade, economia e meio-ambiente como elementos essenciais de um ecossistema, que se suportam mutuamente, onde cada elemento deve ser considerado prioritário na tomada de decisões. Assim, as ações são baseadas numa estratégia de antecipar e prevenir” (SOUZA, 1999:03).

Grande parte das questões referentes à problemática ambiental ocorrem nas cidades, na medida em que a produção e apropriação social do espaço provoca danos ambientais. Também é aí que a natureza exerce a função de mercadoria, matéria-prima servindo à lógica capitalista.

Preocupa-nos analisar, no caso de São Carlos, a forma como se deu a apropriação da natureza. Optamos porém – visto as inúmeras formas de poluição existentes – por analisar problemas relacionados a água, solo e ar⁴⁸.

⁴⁸ As informações ambientais estão baseadas principalmente em Salvador (1997).

➤ Água

Com relação aos mananciais superficiais, São Carlos é abastecida pelos Ribeirões Monjolinho/Espraiado e Feijão, ambos destinados ao consumo público após tratamento. O primeiro vem passando por intensos processos de urbanização, em sua montante, devido a vários loteamentos, o que tende a comprometer a qualidade de sua água, uma vez que nele tem havido o lançamento de esgotos domésticos/lixo, e a erosão das margens, provocando assoreamento.

No segundo caso, o Ribeirão Feijão, que consiste o principal manancial de abastecimento da cidade, também vem sendo ameaçado. Não devido à poluição residencial, mas industrial.

A fábrica da Volkswagen, instalada na cidade em 1995⁴⁹, localiza-se no terreno doado junto à cabeceira da Bacia do Ribeirão Feijão, que juntamente com a Bacia do Rio Monjolinho abastece a cidade. Neste local também está o Centro Empresarial de Alta Tecnologia (CEAT), já mencionado anteriormente.

⁴⁹ A instalação concretizou-se após sucessivas disputas com outras cidades. O fator definitivo a favor de São Carlos foi a isenção de impostos e a doação do terreno para a instalação da fábrica.

Foto 6 - Vista aérea da fábrica Volkswagen em São Carlos

Fonte: Encarte da Prefeitura Municipal de São Carlos - 1998.

Por enquanto não há o comprometimento das águas desta localidade. No entanto, o provável dinamismo industrial ocasionado pela fábrica pode comprometer a qualidade das águas dessa região. Novas indústrias podem vir a se instalar, poluindo quimicamente e tornando drástica a situação de abastecimento de água da cidade.

O fator agravante em relação à situação da água em São Carlos é a inexistência de tratamento dos esgotos urbanos, bem como de qualquer diretriz para disciplinar a poluição residencial e industrial. E o problema se estende aos mananciais subterrâneos. Como a cidade se encontra sobre formações geológicas bastante permeáveis, por serem areníticas (Formação Bauru e Botucatu), os riscos de poluição do lençol freático são muito grandes.

Na parte sul, que coincide com os bairros mais pobres como indicado pela pesquisa “Condições de vida e pobreza” já citada anteriormente, e com

a área onde foi instalada a fábrica da Volkswagen e o CEAT, os cuidados devem ser redobrados.

De acordo com Salvador (1997), neste local:

“ocorrem afloramentos do arenito Botucatu, que se constitui em zonas de recarga do aquífero e necessita, portanto, ser protegido com o máximo cuidado, uma vez que o material inconsolidado de cobertura é constituído nessa região em grande parte por areias quartzosas, altamente permeáveis” (SALVADOR, 1997:60).

Também o processo de urbanização tem ocorrido de forma intensa nesta área, aumentando os processos erosivos (devido às altas declividades), o depósito de lixo em locais impróprios e o assoreamento dos rios presentes no local.

Cabe verificar que o volume de produção e consumo de água em São Carlos vem aumentando seguidamente desde o ano de 1993. A tabela 8 apresenta a evolução anual, a partir de 1993, do volume de água produzida, tratada e consumida, segundo o Serviço Autônomo de Água e Esgotos local -SAAE.

Tabela 8: Consumo, produção e tratamento de água na cidade de São Carlos, de 1993 a 1996 (em milhões de m³):

Ano	Produzida	Tratada	Consumida	Total Produzida
1993	3.518.770	11.747.435	9.892.386	15.266.205
1994	8.503.475	11.227.826	11.440.514	19.731.310
1995	9.110.680	11.693.730	12.091.574	20.804.410
1996	9.656.382	12.430.571	12.210.999	22.086.953

Fonte: Serviço Autônomo de Água e Esgoto-SAAE, 1997.

Em 1993, o volume de água consumido no município alcançava 9,9 milhões de m³. O aumento constante no volume de água consumido exigiu, conseqüentemente, um aumento no volume de água produzida e tratada pelo SAAE.

➤ **Solo**

Geomorfologicamente, a área crítica em relação à erodibilidade também é a região sul da cidade, onde tem havido o desmatamento intenso da vegetação, o que aumenta o potencial de erodibilidade “em virtude do material inconsolidado de cobertura ser constituído por areias quartizosas” (SALVADOR, 1997:69).

Outros aspectos referentes ao solo são a ocupação e urbanização dos fundos de vale na cidade, e a falta de políticas em relação às áreas verdes.

Os poucos rios que atravessam a cidade têm sido tamponados para a criação de grandes avenidas marginais, ao invés de se incentivar a preservação das matas ciliares ou a construção de áreas de lazer (ciclovias por exemplo).

Com relação às áreas verdes, Andrade (1997) salienta que:

“Como tantas outras cidades brasileiras, São Carlos é uma cidade com poucas áreas verdes. As árvores de suas ruas são cortadas indiscriminadamente, por particulares ou mesmo por funcionários municipais. Sintoma da falta de educação ambiental da população e de seus governantes, este fato apenas reafirma o descaso com o espaço público que também caracteriza a cidade nos dias de hoje” (ANDRADE, 1997:55).

Constata-se a necessidade de um plano de arborização para a cidade, de preferência realizado por técnicos especializados. Além da quantidade de áreas verdes, deve ser dada importância à qualidade destas. Foi o que Henke-Oliveira et alli (1994) fizeram, analisando qualitativamente algumas áreas e descrevendo algumas praças que:

“... não tem função social devido à inexistência de manutenção (...) valor social bastante comprometido, uma vez que a acessibilidade é baixa, devido ao intenso tráfego de veículos e o fato de que os canteiros centrais têm pouca extensão (...)” (HENKE *apud* NUCCI, 1996:49).

É importante não apenas a existência de áreas verdes, mas principalmente a qualidade destas e suas condições para o uso público.

➤ **Ar**

A poluição do ar em São Carlos se restringe à área central e às regiões adjacentes às indústrias poluidoras. Embora ainda reduzida, a área central apresenta poluição decorrente dos veículos automotores nos horários de pico no trânsito.

Os ventos sopram no sentido nordeste-sudeste, e a poluição de indústrias situadas nas áreas próximas à rodovia Washington Luís constitui um grande perigo, já que pode alcançar o perímetro urbano.

➤ **Considerações para a preservação ambiental**

Após conferir alguns problemas em relação a água, solo e ar, conclui-se que São Carlos tem ficado distante do paradigma do desenvolvimento sustentável. O descuido dos governantes com a cidade reflete o descuido com a natureza, na medida em que as questões ambientais integram-se com as políticas, as econômicas e as sociais.

São urgentes maiores ações no sentido de se proteger os mananciais (tanto superficiais quanto subterrâneos), os fundos de vale, as áreas verdes, e as áreas com alto potencial de erosão.

Deve-se buscar também o controle da poluição atmosférica e o tratamento dos esgotos residenciais (depositado até o momento “in natura” nos rios que cortam a cidade).

3.4 Transformações na área central de São Carlos

Nas últimas décadas, a estrutura interna das cidades vem passando por intensas modificações, sendo as regiões centrais as mais afetadas. O centro possui uma enorme importância para o imaginário das pessoas, pelas funções que desempenha para toda a cidade. Constitui “uma agregação de supervisores, um local primordial para o controle social, a administração política, a codificação cultural, a vigilância ideológica e a regionalização de sua hinterlândia próxima” (SOJA, 1993:284). Acreditamos que este fato não se aplica a muitas cidades brasileiras, como São Paulo por exemplo. Em São Carlos, a polarização do centro ainda ocorre.

Dentre os motivos principais para as transformações nas áreas centrais, destaca-se o processo de verticalização, que tem se intensificado nas cidades brasileiras. A intensificação da verticalização relaciona-se a fatores como progresso das tecnologias urbanas, segurança, concentração demográfica, símbolo de modernidade e de conforto que as construções verticais passaram a representar, além de ser considerada como a solução de problemas relacionados à falta de espaço e aproveitamento da infraestrutura existente nas áreas centrais (que são as mais atingidas por estes fatores). A verticalização também se associa ao fato de o preço da terra nas áreas centrais de uma cidade ser elevado, e por estas áreas serem privilegiadas pelos serviços públicos urbanos.

Conforme Filho (1992), com a saturação da infra-estrutura instalada e a substituição por outra de maior capacidade, há sucessivamente o repasse

dos gastos para a população, via impostos e tarifas. Não há mecanismos fiscais adequados para cobrar do beneficiado o valor da infra-estrutura de suporte pré-existente (o chamado “solo-criado”). Além disto, “a superverticalização, quando não contida por lei de zoneamento e gabaritos máximos, provoca a saturação e o congestionamento dos serviços urbanos da área, exigindo sua substituição por outros de maior capacidade” (FILHO, 1992:50).

Em São Carlos, o centro vem passando por intensos processos de verticalização, além de estar ocorrendo a substituição das moradias por atividades comerciais e de serviços. De acordo com Panhóca (1998), a verticalização inicia-se em São Carlos na década de 1960 e é intensificada na década de 1980. Desde então, tem havido a construção de edifícios com mais de 12 pavimentos, em consequência do coeficiente de aproveitamento ⁷⁵⁰ da área induzir a terrenos superiores a 500 m², a fim de viabilizar economicamente os investimentos imobiliários.

Estes processos acabam por saturar a infra-estrutura existente no local, aumentando as densidades, embora sejam mais econômicos do que a construção em regiões distantes. Com o adensamento, há a saturação da capacidade de suporte da infra-estrutura e a instalação de uma nova infra-estrutura, que é paga com dinheiro público. Este processo acaba por subsidiar os especuladores imobiliários e as camadas da classe média e alta

⁵⁰ Coeficiente de aproveitamento é a relação entre a área edificada ou edificável (B) e a área total do terreno ou lote em que a edificação se situa (A): (Coeficiente de aprov. = B/A). Fonte: ALBUQUERQUE, A.P. *Glossário de termos utilizados no Planejamento Urbano*. Universidade Federal do Pará, Departamento de Arquitetura, Belém, 1985.

que comprem os apartamentos da região central.

Conforme o verificado pelo Instituto de Pesquisas Asser - Associação de Escolas Reunidas, desde o ano de 1992 vem crescendo o número de plantas aprovadas para edifícios de quatro andares ou mais. A licença de construção ou aprovação de plantas é um dos indicadores da expansão urbana. Verificando o número de licenças concedidas, pode-se observar o ritmo de construção de prédios residenciais, comerciais ou industriais. De 1992 para 1993 houve um aumento de 57,1%, e de 1993 para 1994 um aumento de 45,4%. O número de plantas aprovadas em 1995 (27) é quase quatro vezes maior que o verificado em 1992 (7). O ano de 1995 apresenta uma elevação de 68,7% sobre os aprovados em 1994. O processo de verticalização destas áreas pode trazer uma série de inconvenientes em médio prazo, como o congestionamento de veículos e deficiências de infraestrutura básica nas redes de água e de esgoto⁵¹ (Boletim Tendências, nº 04: 03).

⁵¹ “Numa cidade que já conta com mais de uma centena de edifícios de altura superior a 15 pavimentos e onde ocorre em média a incorporação de mais de 10 novos edifícios a cada ano, os padrões de qualidade ambiental urbana estarão totalmente comprometidos num curto espaço de tempo” (PANHÓCA, 1998:94).

Gráfico 5 - Plantas aprovadas para edifícios com quatro andares ou mais

Fonte: Boletim Tendências/Instituto de Pesquisas ASSER- 1997.

Segundo Falcoski (1997), como resultado dos intensos processos de verticalização e renovação do centro de São Carlos, tornou-se comum a apropriação privada dos investimentos públicos em infra-estrutura já produzidos e socialmente pagos, sem nenhuma outorga onerosa do direito de construir. Assim, há a perda da qualidade ambiental, devido principalmente à taxa de ocupação e o coeficiente de aproveitamento serem muito altos. Este fato reflete o elevado grau de privatização espacial, com uma especulação imobiliária que busca o sobrelucro e a maximização do potencial construtivo.

“ Pode-se afirmar que no caso da cidade de São Carlos, há uma tendência desastrosa e incontrolada da existência de coeficientes de aproveitamento bem superiores em relação às grandes metrópoles como São Paulo, Curitiba e outros centros urbanos ” (FALCOSKI, 1997:347).

Em se tratando de legislação relacionada ao uso e ocupação do solo em São Carlos, deve ser destacada a sua imensa precariedade, pois chega a admitir a expressiva taxa de ocupação de 95% do terreno para edificações em altura (para uso comercial ou de serviços).

Se não bastasse este fato, a lei de zoneamento divide de forma fortuita a cidade em 3 áreas:

Figura 5 - Mapa de diretrizes urbanísticas de zoneamento, uso e ocupação do solo

Fonte: Falcoski (1997)

Primeira área de expansão urbana:

- área central da cidade
- taxa de ocupação de 80% para edificações residenciais e de 95% para áreas mistas
- sem restrições para recuos frontais, laterais e de fundo

- coeficiente de aproveitamento igual a 7⁵²

Segunda área de expansão urbana:

- área intersticial ocupada por loteamentos nos anos 60 e que apresenta grande número de “vazios urbanos”
- taxa de ocupação de 80%
- coeficiente de aproveitamento igual a 3
- sem restrições para recuos (de acordo com as prescrições dos loteamentos aprovados)

Terceira área de expansão urbana:

- área periférica, onde verificam-se loteamentos e conjuntos residenciais públicos e privados criados a partir das décadas de 70 e de 80
- taxa de ocupação de 60%
- coeficiente de aproveitamento igual a 1
- sem restrições quanto aos recuos, apenas considerando as prescrições e recomendações do loteamento no estágio de regularização e aprovação.

O aumento do adensamento na região central de São Carlos fez aumentar também o fluxo de veículos em circulação, tornando as vias centrais congestionadas em alguns períodos do dia e intensificando o número de acidentes com automóveis.

⁵² No Seminário Plano Diretor: Projeto Cidade Urgente, realizado em São Carlos no ano de 1997, o arquiteto Cândido Malta Campos Filho afirmou que “há algumas regras urbanísticas que estão em vigor em São Carlos e que deveriam ser revistas, destacadamente a lei de zoneamento”. Afirmou ainda que “o coeficiente ou índice construtivo igual a 7 previsto para a área central, ao que tudo indica, vai criar enormes congestionamentos na cidade” In: *Anais do Seminário Plano Diretor: Projeto Cidade Urgente*. São Carlos, 1997.

“Quanto maior for a pressão do adensamento por verticalização nas áreas centrais da cidade, maior será a necessidade de ampliação do sistema viário e, conseqüentemente, maior a ameaça para qualquer política de renovação urbana que leve em consideração a preservação do patrimônio urbano de valor histórico ” (SCARLATO, 1999:60).

De acordo com dados do Departamento de Trânsito - DETRAN, existem na cidade mais de 60.000 veículos (entre motos, automóveis, caminhões, tratores e outros automotores). Além do congestionamento, o aumento dos veículos ocasiona lentidão no deslocamento entre a casa e o trabalho e intensificação da poluição sonora. A tendência parece apontar para novos aumentos no número de veículos em São Carlos e, por consequência, maiores problemas urbanos a serem enfrentados num futuro bastante próximo.

“A evolução positiva na produção de veículos é uma das conseqüências mais visíveis das mudanças na economia provocadas pelo Plano Real: o mercado de veículos automotores expandiu-se e, como consequência, as vendas dispararam. O fenômeno vem se acentuando nos últimos anos, e uma das provas mais evidentes é a instalação de novas unidades de produção das montadoras já estabelecidas no país (o caso da fábrica da Volkswagen na cidade é apenas um exemplo)” (BOLETIM TENDÊNCIAS, nº 06: 02).

Tentando resolver estes problemas, a partir de 1998 implantou-se em São Carlos o Plano de Racionalização e Humanização do Sistema de Transportes Urbano, que tem como principais objetivos: a redução dos congestionamentos na área central (com a criação de um eixo viário com três vias principais), a redução dos acidentes e a melhoria geral da fluidez no

trânsito⁵³.

Diante dos fatos relatados, percebe-se que os padrões de qualidade ambiental da área central de São Carlos estão realmente comprometidos. Tem-se verificado concomitantemente a supervalorização dos espaços privados com consequente deterioração ambiental urbana dos públicos:

“Nesse processo são inexoráveis a deterioração ambiental urbana e a supervalorização dos espaços privados. A medida que instituições privadas, como clubes, etc; passaram a desempenhar as funções de lazer, entretenimento e sociabilidade características de espaços públicos, o abandono nestes espaços se intensificou de uma maneira sem precedentes. Essas circunstâncias se agravaram a partir da inauguração do Shopping Iguatemi São Carlos, em setembro de 1997” (PANHÓCA, 1998:126).

Os espaços públicos têm perdido o caráter de lugar de encontro das pessoas e passam a ser vistos como perigosos para a sociabilidade. Em seu lugar surgem os espaços privados, como os *shopping-centers*, com um lazer obrigatoriamente associado ao consumo.

Deve-se salientar, que no centro da cidade encontra-se um rico patrimônio histórico e paisagístico, identificado por casarões da época cafeeira. Muitas destas edificações estão tombadas pelo CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado), assegurando (pelo menos é o que se espera), a proteção em relação aos intensos processos de transformação por que vem

⁵³ Dentre as alterações, incluem-se a remoção de semáforos antigos e a inclusão de novos, a inversão de algumas vias selecionadas e melhorias na pavimentação.

passando o centro de São Carlos.

Não somente no centro de São Carlos, mas em toda a cidade, o crescimento vem se dando de forma não planejada, acirrando os problemas. Segundo Panhóca (1998), são intensificadores do quadro de desqualificação urbana em São Carlos: a ausência de políticas urbanísticas que regulamentem e definam critérios para o uso do espaço público, o desconhecimento da população acerca dos problemas urbanos locais e a mentalidade atuante que propicia a ação desenfreada da especulação imobiliária.

Marques (1994) fez uma projeção do centro urbano de São Carlos para o ano de 2010, comparando com os anos 1970 e de 1992, o que pode ser verificado nas figuras abaixo:

Figura 6 - Centro de São Carlos no ano de 1970

Fonte: Marques (1994)

Figura 7 - Centro de São Carlos no ano de 1992

Fonte: Marques (1994)

Figura 8 - Projeção do centro de São Carlos para o ano de 2010

Fonte: Marques (1994)

3.5 Contradições da “Capital da Tecnologia”

O fato de São Carlos ser um dos pólos tecnológicos do estado de São Paulo, ao lado da própria capital, de Campinas e de São José dos Campos reforça o seu marketing público em busca de investimentos.

A pujância econômica local é comandada pelo significativo parque industrial, respaldado pelas várias empresas incubadas na Fundação Parqtec. Somando-se ao potencial educacional, pela presença das duas importantes universidades, a cidade adquire importantes vantagens comparativas em relação a outras cidades do estado e do país.

Ao mesmo tempo que termina o século como uma das principais cidades tecnológicas do país, padece de muitos contrastes que outros municípios já resolveram (alguns já citados, como a ausência de Plano Diretor, gabaritos altos na região central, bolsões de pobreza, problemas ambientais).

De modo geral a bibliografia existente sobre pólos tecnológicos exaltam suas qualidades, especialmente no que diz respeito à qualidade de vida urbana.

Dispusemos de duas fontes para analisar indicadores de qualidade de vida em São Carlos. A primeira, o estudo realizado pelo Instituto Pólis⁵⁴ com base em dados do censo de 1991, onde São Carlos aparece em posições

⁵⁴ SOUTO, Anna Luiza Salles e outros. Como reconhecer um bom governo? O papel das administrações municipais na melhoria da qualidade de vida. São Paulo, Pólis, 1995, 72p (Publicações Pólis, 21).

privilegiadas, tanto para o Índice Municipal quanto para o Índice Social Municipal (13º e 7º lugar no estado respectivamente)⁵⁵.

O outro estudo foi o realizado pelo Núcleo de Pesquisa e Documentação da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, intitulado de “Condições de Vida em São Carlos: a questão da pobreza, uma abordagem multidisciplinar”. Com os dados coletados no ano de 1996, objetivou mapear a pobreza em São Carlos, e assim, comparar a realidade da cidade em termos de carência com as condições de vida da região metropolitana de São Paulo (comparou-se os dados de São Carlos com a pesquisa “Condições de Vida na Região Metropolitana de São Paulo”, realizada pelo SEADE)⁵⁶.

Na comparação entre as duas situações, a carência manifestou-se da seguinte forma:

⁵⁵ O Índice Social Municipal dos 49 maiores municípios de São Paulo foi calculado a partir dos dez indicadores municipais de condições de vida fornecidos pelo Censo – 91, agregando outros seis indicadores do mesmo ano fornecidos pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. Assim, ele é o resultado da composição de 16 indicadores, divididos em seis índices sintéticos: além dos quatro anteriores (de renda, habitação, ambiental e de alfabetização), acrescidos dos índices de saúde e de educação (SOUTO, 1995:29).

⁵⁶ Esta pesquisa incluiu as seguintes dimensões: acesso à renda, à educação, ao emprego, aos equipamentos de saúde e a condições dignas de habitação. Na dimensão de saúde foram consideradas carentes as famílias que dependiam do Sistema Unificado de Saúde (SUS); em renda, as famílias que possuíam rendimentos inferiores a 2 salários mínimos por adulto equivalente; em educação, as famílias nos quais os chefes de família não possuíam escolaridade básica – primeiro grau completo; em habitação as famílias que residiam em imóvel construído com material adaptado ou moravam em domicílios com menos de três cômodos básicos (quarto, sala e cozinha) ou utilizavam coletivamente com outras famílias banheiro, tanque ou cozinha ou aquelas que para dormir serviam-se de outro cômodo, além dos quartos (Laisner, 1999).

Tabela 9 - Carências das famílias de São Carlos e da Região Metropolitana de São Paulo

Tipo de carência	São Carlos (%)	Região Metropolitana de SP (%)
Saúde	60	41
Renda	49	39
Educação	43	54
Habitação	10	37
Inserção no mercado de trabalho	37	36

Fonte: Projeto “Indicadores Sociais” NPD – Núcleo de Pesquisa e Documentação DCSO/ UFSCar, 1996.

A interpretação da tabela revela melhores condições de habitação e educação em São Carlos. Já em relação à saúde e à renda, as condições de carência são menores na região metropolitana. Com exceção da dimensão habitacional, são praticamente similares as carências entre as duas regiões.

Em São Carlos, riqueza e pobreza coexistem em uma cidade do estado mais desenvolvido do Brasil, e em uma de suas regiões mais desenvolvidas. A pobreza estrutural e a má-distribuição da renda que atinge todo o país, atinge também a “Capital da Tecnologia”, criando-se conforme Firmino (2000), duas São Carlos inseridas no mesmo contexto urbano, uma tradicional e outra moderna:

“ Se por um lado, a cidade apresenta uma forte demanda por espaços inteligentes com alto grau de desenvolvimento tecnológico (para os seus doutores, estudantes, classe média etc), por outro lado, há uma maioria da população em choque com estas inovações (essencialmente uma população de baixa renda, que muitas vezes nem ao menos teve qualquer contato com um computador. Dados da prefeitura, de 1994, indicavam uma população considerável de 12.000 desempregados na cidade)”. (FIRMINO, 2000:213).

Paradoxalmente, as contradições se evidenciam. Em um panfleto divulgado pela Fundação Parqtec e pelo SEBRAE, destacava-se o anúncio de que a *Capital da Tecnologia* “está se preparando para o próximo milênio onde, em uma economia globalizada, a tecnologia de São Carlos será o diferencial para o desenvolvimento”. Como bem observou Firmino (2000) “quando a intenção é promover seu status tecnológico, suas contradições desaparecem” (FIRMINO:213).

Também a imagem que os políticos locais buscam passar apresenta contradições. O perfil de cidade moderna que se divulga não corresponde aos posicionamentos políticos, de modo geral conservadores. De acordo com Oliveira (1998), que fez uma análise histórica do poder local na cidade, “a partir da história política de São Carlos observamos uma espécie de continuísmo político. Um continuísmo não de indivíduos ou partidos, mas sim de grupos políticos que estão no poder há muito tempo e que se revezam, fazendo composições entre si para evitar que novas lideranças se formem” (OLIVEIRA, 1998:10).

Este quadro político conservador, começa a se mudar. Na última eleição para prefeito, no ano de 2000, o candidato do Partido dos

Trabalhadores venceu as eleições. Um fato inédito que demonstra que a população tem se articulado na busca por novas opções, rompendo com o continuísmo político e práticas clientelistas até então existentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trataremos de abordar neste momento algumas questões que nos possibilitam realizar algumas considerações finais sobre a problemática analisada.

São Carlos vem apresentando uma expressiva urbanização, fruto do dinamismo proporcionado pelo café. Após sucessivas décadas, este processo determinou transformações urbanas intensas, conjugado a fatores como industrialização, modernização agrícola, movimentos populacionais e desconcentração industrial (após 1970).

Na ausência de leis e de instrumentos para o controle do crescimento urbano, a situação tem se tornado caótica. O crescimento espacial tem sido acompanhado pela segregação sócio-espacial, proliferando bolsões de pobreza. Isto faz o cotidiano da população mais pobre ser marcado pela diferença da qualidade de vida em relação aos habitantes das áreas nobres.

A especulação ocasiona o surgimento de vazios urbanos, aumentando os custos a serem pagos por toda a sociedade. Este padrão caótico de uso e ocupação do solo resulta na desarticulação das atividades urbanas, diminuindo a acessibilidade das pessoas que residem nas áreas periféricas.

No centro, a perda da qualidade ambiental tem se dado principalmente devido a taxa de ocupação e o coeficiente de aproveitamento serem muito altos. Em toda a cidade os problemas ambientais ocasionam uma piora nas condições de vida.

Com a imagem de “Capital da Tecnologia” passou-se a buscar a atração de investidores potenciais, interessados em vantagens de localização. Em nossa opinião, o “marketing público” no Brasil acaba sendo um “mal necessário”. O problema é quando se gasta muito com ele, deixando de investir no social. Não verificamos isto em São Carlos, apenas a ocultação das contradições existentes. A cidade tem sido preparada pelo poder público para investimentos transnacionais, tornando-se comum a isenção do pagamento de impostos pelas empresas e a disposição da infraestrutura necessária para a instalação (Como foi o caso da Volkswagen).

As empresas de tecnologia avançada (aproximadamente 70) fazem de São Carlos um pólo tecnológico. No entanto, possuem ainda extrema importância as empresas tradicionais, lideradas pelos ramos Mecânico e Metalúrgico, Produtos Alimentícios - Bebidas e Serviços Auxiliares Diversos. Constatamos a maior especialização da mão-de-obra no ramo material elétrico e de comunicações, onde predominam as empresas tecnológicas, em relação ao tradicional ramo mecânico.

A localização de São Carlos apresenta “vantagens comparativas” para a instalação industrial, apresentando uma boa produtividade espacial, devido a sua inserção numa rede de relações econômicas internacionalizadas. Porém, a busca pelas indústrias tem sido acompanhada pela descentralização da problemática urbana, apropriando-se predatoriamente da natureza e ocasionando poluição da água, do solo e do ar. Juntamente com a desconcentração industrial, estamos observando em algumas cidades do estado de São Paulo a desconcentração da problemática urbana para o

interior.

Os dados de qualidade de vida na cidade são positivos (Revista Exame e Instituto Pólis), embora não tenhamos conseguido dados mais atuais do que os referentes ao ano de 1991. Entretanto, a qualidade de vida e a qualidade ambiental têm piorado, pelos vários fatores elencados neste trabalho.

A existência de planos diretores em municípios com mais de 20.000 habitantes, como obriga a Constituição Federal, é fundamental para acompanhar o crescimento urbano. A sua inexistência, por outro lado, estimula o caos urbano e a concorrência por parte dos especuladores imobiliários.

É problemática a inexistência de uma política de desenvolvimento urbano, reguladora do uso e da ocupação do solo⁵⁷. Em dezembro de 1997, foi organizado um seminário intitulado *São Carlos - projeto cidade urgente*, trazendo subsídios e reflexões para o futuro Plano Diretor. Os anais do encontro foram encaminhados à prefeitura, apresentando estudos, propostas e projetos vinculados aos problemas urbanos; efetuados sobretudo por especialistas da USP e da UFSCar. Até o momento, o Plano Diretor não existe e a cidade clama por uma urgência no planejar.

Os problemas urbanos estão relacionados com o tipo de

⁵⁷ A primeira tentativa de implantação de um Plano Diretor na cidade se deu em 1960, quando a Prefeitura elaborou o plano juntamente com a FAU/USP. Mesmo sendo aprovado pela Câmara em 63, não chegou a ser implementado. Outras intenções existiram no início da década de 1970, também com o mesmo desfecho, e em 1994, sendo que este nem chegou a ser enviado à Câmara Municipal (Panhóca, 1998).

desenvolvimento que vem ocorrendo no país por várias décadas, no qual, por um lado, aumenta a riqueza de uma minoria e, por outro, agrava a pobreza da maioria dos habitantes. Um desenvolvimento ético pressupõe uma melhoria das possibilidades do bem-viver a todos, pressupõe mudanças. Em São Carlos verificamos que o desenvolvimento tem se dado de forma incompleta, não atingindo a todos.

O desenvolvimento deve ser entendido não apenas como gerador de melhorias econômicas, mas qualidade de vida humana e de qualidade ambiental. A economia deve voltar a ser o meio e não o fim, que auxilie a sociedade a alcançar os seus objetivos, como o discutido por vários teóricos.

É muito importante não apenas a elaboração de leis, mas também a execução das ações, que deve ser mais pragmática, priorizando as reais necessidades da grande parcela da população, que muitas vezes, vive em locais desprovidos de infra-estrutura básica, pagando impostos municipais, sem receber o que lhe é direito.

Com o dinamismo proporcionado pela urbanização, a partir da década de 50, crescem as demandas por infra-estrutura. Aumenta também a exclusão espacial. Assim, a modernidade invade o espaço urbano de São Carlos e impõe suas contradições, ampliando as desigualdades sócio-econômicas.

“Não se afirma que a pobreza tenha origem no processo de desenvolvimento, de crescimento e modernização. Ela existe em regiões desenvolvidas e em regiões não desenvolvidas, porém, é no horizonte de uma sociedade, que se fez moderna e que promete a modernidade que a pobreza inquieta” (RIGOLIN, 1994:40).

São Carlos, conforme verificado, apresenta fatores locacionais extremamente vantajosos, especialmente relacionados à sua capacidade técnico-científica decorrente das duas universidades locais: a USP (Universidade de São Paulo) e a UFSCar (Universidade Federal de São Carlos), e da sua característica de pólo tecnológico.

No entanto, esses fatores não serão válidos, tampouco os incentivos fiscais para a implantação de indústrias na cidade, se mudanças significativas não ocorrerem urgentemente no modo como o desenvolvimento vem sendo implantado. A própria atração locacional deixará de existir, na medida em que a qualidade de vida urbana passe a apresentar quadros nefastos, resultantes de um crescimento desordenado e não planejado. Contudo, a situação poderá ser bastante amenizada, por intermédio de um plano diretor urbano, capaz de articular crescimento com a qualidade de vida de toda a população.

Neste contexto, emerge a necessidade vital de um acompanhamento profícuo de todo o crescimento urbano porvir (não apenas pelos políticos e governantes), com objetivo de garantir uma qualidade de vida mais igualitária a todos os são-carlenses. O maior desafio para São Carlos é o de continuar a crescer sem deteriorar a qualidade de vida da população, aproveitando-se de suas potencialidades para superar possíveis problemas que venham a aparecer. O pensador Celso Furtado nos fornece algumas pistas para a busca de uma realidade melhor:

“ O desafio que se coloca no umbral do século XXI é nada menos do que mudar o curso da civilização, deslocar o seu eixo da lógica dos meios a serviço da acumulação num curto horizonte de tempo para uma lógica dos fins em função do bem-estar social, do exercício da liberdade e da cooperação entre os povos. Devemos nos empenhar para que essa seja a tarefa maior dentre as que preocuparão os homens no correr do próximo século: estabelecer novas prioridades para a ação política em função de um nova concepção do desenvolvimento, posto ao alcance de todos os povos e capaz de preservar o equilíbrio ecológico. O espantinho do subdesenvolvimento deve ser neutralizado. O principal objetivo da ação social deixaria de ser a reprodução dos padrões de consumo das minorias abastadas para ser a satisfação das necessidades fundamentais do conjunto da população e a educação concebida como desenvolvimento das potencialidades humanas nos planos ético, estético e da ação solidária. A criatividade humana, hoje orientada de forma obsessiva para a inovação técnica a serviço da acumulação econômica e do poder militar, seria reorientada para a busca do bem-estar coletivo, concebido este como a realização das potencialidades dos indivíduos e das comunidades vivendo solidariamente” (FURTADO, 1998:64).

Eis um enorme desafio a ser enfrentado nos próximos anos. Esperamos ter fornecido algumas pistas para a partir de São Carlos entender este mundo complexo que nos está colocado. Que o local retome sua força, com projetos e alternativas que invertam as prioridades, alteranativas como o projetos renda mínima, bolsa – escola e orçamento participativo. Que este trabalho contribua para a resolução dos problemas de degradação das condições de vida gerados pelo modelo de progresso e de crescimento a todo custo, estimulando um modo de governar sustentável, democrático e humano.

Acreditamos que as duas universidades locais possam, juntamente com a prefeitura e a sociedade civil, contribuir para encontrar saídas para a crise social e os problemas referentes à qualidade de vida em São Carlos. A

criatividade é fundamental, e está presente em algumas experiências municipais que deram certo, formando-se espaços de discussão em que tornam lúcidas as propostas e os interesses dos agentes envolvidos. Da harmonização Estado - sociedade civil emergirá uma cidade com identidade própria, capaz de gerar um sentimento de pertencimento à população.

BIBLIOGRAFIA

- ABIKO, A.K. A gestão da cidade e a questão tecnológica. In: *Revista Politécnica, Escola Politécnica da USP*, São Paulo, v.90, n.º 211, out./dez 1993.
- ALBRECHT, Joana M.F. *Análise funcional, composição arbórea e manejo da malha viária e das áreas verdes da cidade de São Carlos*. Doutorado em Ecologia e Recursos Naturais, UFSCar, 1998.
- ALMEIDA, R.J. (coord.). *Planejamento ambiental: caminho para a participação popular e gestão ambiental para nosso futuro comum*. Rio de Janeiro, THEX, 1993, 176p.
- AMADOR, Itamar Moraes. *O urbano São Carlos- vinte anos de política urbana: 1960/1980*. Mestrado em Urbanismo, Faculdade de Arquitetura da USP/São Carlos, 1981.
- As manifestações sociais e econômicas conjugadas com as condições físico-ambientais, determinam a paisagem urbana. Estudo de caso- São Carlos*. Doutorado, FAU/USP, 1990.
- ANDOLFATO, Sílvio H. *A avaliação da qualidade ambiental e de vida, como subsídio ao planejamento urbano – O caso do município de Guarapuava-PR*. Mestrado, UFSCar, 1995.
- ANDRADE, C.R.M de. São Carlos: uma cidade sem parques. In: *Anais do Seminário Plano Diretor de São Carlos: Projeto Cidade Urgente*. São Carlos, 1997.
- ARBIX, Glauco; POSE, Andrés R. Estratégias do desperdício: a guerra fiscal e

- as incertezas do desenvolvimento. In: *Revista Novos Estudos, CEBRAP*, nº 54, Julho de 1999.
- BARBASSA, Ademir Paceli. *Simulação do efeito da urbanização sobre a drenagem pluvial na cidade de São Carlos*. Doutorado em Hidrologia, São Carlos, EESC, 1993.
- BARREIRA, J. *Gestão do território, a política urbana para o Estado de São Paulo: região de Presidente Prudente, 1970-1990*. Mestrado, São Paulo, FFLCH, 1994.
- BARROS, R. *Manual de saneamento e proteção ambiental para os municípios*. Belo Horizonte: Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental, 1995.
- BATISTA JR., Paulo Nogueira. Mitos da “Globalização”. In: *Revista Estudos Avançados*, vol. 12, número 32, janeiro/abril 1998.
- BERNARDES, L. Política urbana: uma análise da experiência brasileira. In: *Análise e Conjuntura*, Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 1(1), janeiro-abril, 1986.
- BERTUGLIA, C. (org.). *Modelling the city: performance, policy, and planning*. London; Routledge, 1994, New York.
- BISINOTO, Dagmar Abadia. *Evolução Urbana de São Carlos*. Trabalho de iniciação científica - CNPQ, EESC-USP, São Carlos, 1988.
- BOISIER, S. *El difícil arte de hacer región: las regiones como actores territoriales del nuevo orden internacional; conceptos, problemas y métodos*. Cusco-Peru: CBC; 1992.
- BOLETIM TENDÊNCIAS. Publicação anual do Instituto de Pesquisas Asser. São Carlos.

- BORTOLUCCI, Maria Angela P.C e Silva. *Moradias urbanas em São Carlos no período cafeeiro*. Doutorado, FAU/USP, 1991.
- BORTOLOTTI, Maria R. Silva. *Entre a roça e a cidade (mobilidade espacial do município de São Carlos)*. Doutorado, FE-USP, 1989.
- BRUSEKE, Franz Josef. Desestruturação e desenvolvimento. In: *Incertezas de sustentabilidade na globalização*. Leila da Costa Ferreira, Eduardo Viola (orgs.). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1996.
- BUARQUE, Cristovam. Qualidade de vida: uma modernização da utopia. In: *Revista de Cultura e Política*, nº 31, CEDEC, São Paulo, 1993.
- CAMPINAS, I.E-UNICAMP. *Explosão urbana regional e demandas sociais no Estado de São Paulo: 1970-1985*. Relatórios de pesquisa. Mimeo, 1987.
- *Urbanização e metropolização no Estado de São Paulo: desafios da política urbana*. Relatórios de pesquisa. Mimeo, 1992.
- CAMPOS FILHO, Cândido Malta. *Cidades brasileiras: seu controle ou o caos: O que os cidadãos devem fazer para a humanização das cidades no Brasil*. Nobel, São Paulo, 1992.
- CANO, W. et alii. O processo de urbanização paulista no período 1970-89. In: SEADE (coord). *São Paulo no limiar do século XXI*, vol. 5, 1992.
- CARLOS, A.F.A. *A (re)produção do espaço urbano*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.
- CASTELLS, M. Mudanças Tecnológicas, Reestruturação Econômica e a Nova Divisão do Trabalho. In: *Espaço & Debates, revista de estudos regionais e urbanos*; São Paulo, NERU, ano VIII-1988, no25.
- CASTRO, Mary G. Qualidade de vida urbana: um conceito em crítica. In:

Revista Brasileira de Planejamento-IBP, V.5, 1977.

CECCATO, Vânia Aparecida. *Proposta Metodológica para Avaliação da Qualidade de Vida Urbana a partir de dados convencionais e de Sensoriamento Remoto, Sistema de Informação Geográfica e Banco de Dados Georrelacional*. Dissertação de Mestrado. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. São José dos Campos: INPE, 1994.

CEPAM – Coordenadoria de Informação e Documentação. *Plano de Desenvolvimento Regional Integrado para a Região de Governo de São Carlos*. Fundação Prefeito Faria Lima, SP, 1990.

CINTRA, A.O; HADDAD, P.R. *Dilemas do Planejamento Urbano e Regional no Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

CHOAY, F. *O urbanismo: utopias e realidades - uma antologia*. São Paulo, Perspectiva, 1979.

CHONCHOL, Jacques. *Impacto de la globalizacion en las sociedades latinoamericanas? Que hacer frente a ello?*. Laboratório de Estudos Ambientais e Urbanos - USP, 1997 (no prelo).

COMISIÓN DE DESARROLLO Y MEDIO AMBIENTE DE AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. *Banco Interamericano de Desarrollo, Fondo de Cultura Economica; Programa de Naciones Unidas para el Desarrollo*, PNUD, s.d.

COSTA, W.M. *O Estado Brasileiro e as Políticas Territoriais*. São Paulo, Edusp, 1988.

CROCKER, David. *Qualidade de Vida e Desenvolvimento: o Enfoque Normativo de SEN e NUSSBAUM*. *Lua Nova*. São Paulo: CEDEC, n. 31, p. 99-133, 1993.

- DAMIANI, Amélia L. Qualidade de vida urbana: repensando a cidade? In: *Revista do Departamento de Geografia*, São Paulo, nº 6, 1992.
- DAMINELLI, M. Qualidade de Vida e Meio Ambiente. In: GARCIA, E.B.; SILVESTRE NETO, D. (Orgs.) *Ecologia: Qualidade de Vida*. São Paulo: SESC, 1993.
- DELGADO, José A.S. Panorama atual da urbanização brasileira e sua influência na queda da qualidade de vida urbana. In: *Educação & Tecnologia*, número 1/agosto. Belo Horizonte, 1994.
- DEMO, Pedro. Alucinações em torno do conceito de qualidade de vida. In: *Seminário Nacional 1 e Seminário Regional II sobre Qualidade de Vida*. Aracaju, 1980.
- *Política social, educação e cidadania*. Campinas: Papirus, 1995.
- DEVESCOVI, Regina de Campos B. *Urbanização e acumulação: um estudo sobre a cidade de São Carlos*. Mestrado, FGV, São Paulo, 1987.
- DIAZ, K. Los estudios geográficos sobre la calidad de vida en Venezuela. *Revista Geográfica*, (102): 55-72, jul, 1985.
- DOZENA, Alessandro. *Qualidade de vida urbana e desenvolvimento em São Carlos*. GEOUSP - Revista da Pós-Graduação em Geografia da Universidade de São Paulo, nº 07, 2000.
- DOZENA, Alessandro. Considerações sobre a ocupação do solo em São Carlos. In: *Anais do XII Encontro Nacional de Geógrafos*. Florianópolis, 16 a 23 de Julho/2000.
- ELIAS, Denise. *Meio técnico-científico-informacional e urbanização na região de Ribeirão Preto (SP)*. São Paulo, Doutorado em Geografia, FFLCH-

USP.

EXAME. Revista quinzenal - ano XXXI, nº 25, Dezembro de 1997, edição 650,

Editora Abril, São Paulo – SP

FALCOSKI, Luiz A.N. *Dimensões morfológicas de desempenho: instrumentos urbanísticos de planejamento e desenho urbano*. Tese de Doutorado, FAU/USP, São Paulo, 1997.

FARIA, Vilmar. A conjuntura social brasileira: dilemas e perspectivas. In: *Revista Novos Estudos*. CEBRAP, nº 33, julho de 1992.

FARIAS, D.O; CARRERA, H.B.C; GONZÁLEZ, E.G. Metodologia Básica para Detectar Calidad de Vida en Ciudades Intermedias. Departamento de Historia, Geografía y Ciencias Sociales. *Série Investigación y Docencia*. Facultad de Educación y Humanidades. Universidad del Bío-Bío, Chillán, 1995.

FERRAZ, Antonio Clóvis Pinto. Caos urbano e o caso de São Carlos. In: *Escritos sobre transporte, trânsito e urbanismo*. Ribeirão Preto: São Francisco, 1998.

FERNANDES, Maria Augusta. *Indicadores de qualidade de vida: um estudo de caso em quatro áreas periféricas do DF*. Brasília: IBAMA, 1998.

FERNANDEZ, A.C.; CÔRTEZ, M.R. (1999). Caracterização da base industrial do município de São Carlos: da capacidade de ajuste local à reestruturação da economia brasileira. In: *Anais do VII Encontro Nacional da ANPUR*. Porto Alegre, 1999.

FIGUEIREDO, Rubens; LAMOUNIER, Bolívar. *As cidades que dão certo. Experiências inovadoras na administração pública brasileira*. Brasília, MH

Comunicação, 1996.

FIRMINO, Rodrigo José. *Espaços inteligentes: o meio técnico-científico-informacional e a cidade de São Carlos*. Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, EESC-USP, São Carlos, 2000.

FUJIMOTO, N.A. *Produção monopolista do espaço urbano e a desconcentração do terciário de gestão na cidade de São Paulo*. Mestrado em Geografia Humana, FFLCH, São Paulo, 1994.

FURTADO, Celso. *Brasil: a construção interrompida*, 1992

----- *Obra autobiográfica de Celso Furtado*, 3 vols, 1997.

----- *O capitalismo global*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Finanças Públicas Municipais*. Secretaria de Economia e Planejamento, 1976.

----- *Finanças Públicas Municipais: um estudo de caso*. SEP, São Paulo, 1979.

----- *Planos Regionais do Estado de São Paulo: todos*. SEP, São Paulo, 1978.

----- *Políticas de Desenvolvimento Urbano e Regional*. SEP, São Paulo, 1976.

----- *Programas de Cidades Médias do Estado de São Paulo*. SEP, São Paulo, 1977.

----- *Política de Desenvolvimento Industrial*. SEP, São Paulo, 1976.

----- *Programa de Preservação e Revitalização do Patrimônio Ambiental Urbano do Estado de São Paulo*. SEP, São Paulo, 1978.

----- *Programa para cidades de pequeno porte* SEP, São Paulo,

1976.

GUIMARÃES, G.D. *Plano Diretor como instrumento da reforma urbana: o caso de Angra dos Reis*. Doutorado, FAU, São Paulo, 1995.

HALL, Peter. *Cidades do amanhã. Perspectiva*, São Paulo, 1995.

HARVEY, D. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. In: *Espaço & Debates*, n° 39, NERU, São Paulo, 1996.

----- *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola, 1989.

IANNI, O. *A Sociedade Global*. Rio de Janeiro: ed. Civilização Brasileira; 1993.

JOAQUIM, Fernanda Martinelli. *Qualidade de vida nas cidades: o aspecto de acessibilidade às atividades urbanas*. Mestrado em Engenharia Urbana, UFSCar, 1999.

KERBAUY, Maria Teresa. *Poder político local: do coronelismo ao populismo (um estudo de caso: São Carlos)*. Mestrado em História, PUC, 1979.

KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

LAISNER, Regina C. *Entre formas autoritárias e possibilidades democráticas: uma análise das representações de moradores da periferia de São Carlos/SP*. Mestrado em Ciência Política, IFCH-UNICAMP, 1999.

LAVANDEIRA, Lucélia M. L. *Apreensão da diversidade urbana. Análise comparativa da morfologia e do uso do espaço público de dois fragmentos na cidade de São Carlos-SP*. Mestrado em Engenharia Civil, UFSCar, 1999.

LEFEBVRE, H. *El derecho a la ciudad II, Espacio y Política*. Barcelona, Ed. Península, 1976.

- LENCIONI, Sandra. Reestruturação urbano-industrial no estado de São Paulo: a região da metrópole desconcentrada. In: *Território, Globalização e Fragmentação*. SANTOS, M (org.) Anpur, Editora Hucitec, São Paulo, 1994.
- LENCIONI, Sandra. Mudanças na metrópole de São Paulo e transformações industriais. In: *Revista do Departamento de Geografia*. FFLCH, USP, São Paulo, 1998.
- LIMA, Luiz Cruz. *Novo espaço da produção: os tecnopólos*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1994, Doutorado em Geografia.
- LIMA, Renato da Silva. *Expansão urbana e acessibilidade – o caso das cidades médias brasileiras*. São Carlos, 1998, Mestrado, EESC/USP.
- LOPES, Rodrigo. *A cidade intencional: O planejamento estratégico de cidades*. Rio de Janeiro: Maud, 1998.
- LORENZO, H.C. *Origem e crescimento da indústria na região “Araraquara-São Carlos” (1900-1970)*. São Paulo, FFLCH/USP, 1979, Mestrado.
- MACEDO, M.H. Eficiência e qualidade do transporte público x ocupação e uso do solo – o caso da cidade de São Carlos. Porto Alegre: Anpet, 1990. In: *Encontro Nacional da Anpet*. Resumos, Porto Alegre, Anpet, 1990.
- MANCUSO, Maria Inês Rauter. *Padrão de vida e pobreza em São Carlos*. Relatório de pesquisa, Julho, 1994, UFSCar, São Carlos.
- MARQUES, Enaldo Nunes. *Desenho urbano – análise morfológica e funcional para a regulamentação urbanística*. São Paulo, USP, 1994, Tese de Doutorado.
- MARX, M. *Cidade no Brasil, Terra de quem?* São Paulo, SP, EDUSP: Nobel,

- 1991.
- MEYER, Regina M.P. Segregação espacial. *A luta pelo espaço urbano*. Petrópolis, Vozes, 1978.
- MENEZES, C.L. *Desenvolvimento urbano e meio-ambiente: a experiência de Curitiba*. Campinas: Papirus, 1996.
- MINISTÉRIO DO INTERIOR. *Projeto especial cidades de porte médio - uma avaliação preliminar*. Brasília, Inédito, 1987.
- MORENO, J. *Da cidade de pedra à cidade virtual: contribuição para o debate sobre o futuro do nosso habitat*. São Paulo: Agência Estado, 1996.
- NEGRI, B. As políticas de descentralização industrial e o processo de interiorização em São Paulo: 1970-1985. In: José Carlos Tartaglia & Osvaldo Luiz de Oliveira (orgs) *Modernização e desenvolvimento no interior de São Paulo*. São Paulo, UNESP, 1988.
- NOLASCO, A.M. Planejamento e gestão urbana: hora de participar. In: *Jornal de Piracicaba*, Piracicaba, ESALQ, 1989.
- NUCCI, J. C. *Qualidade ambiental e adensamento: um estudo de planejamento da paisagem do distrito de Santa Cecília (m.sp)*. Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.
- NUSSBAUM, Martha Craven. Human functioning and social justice: in defense of Aristotelian essentialism. In: *Political Theory* 20, pg. 202-247.
- OLIVA, Jaime; GIANANTI, Roberto. *Espaço e modernidade – Temas da Geografia do Brasil*. São Paulo : Atual Editora, 1999.
- OLIVEIRA, Andréa Cristina de Jesus. *Participação popular e clientelismo em São Carlos*. Dissertação de Mestrado. Outubro, 1998, FCL, Unesp,

Araraquara.

OLIVEIRA, Elza de Andrade. *Perfil sócio-econômico de São Carlos*. Núcleo de Pesquisa e Documentação. Série A- Estudos e Pesquisas, nº 01, UFSCar, São Carlos, 1984.

OLIVEIRA, Osvaldo Luiz de. Mercado e planejamento. In: *Boletim de conjuntura de São Carlos, ano 01, nº 02, 1997, SEBRAE/São Carlos*.

OLIVEIRA, C.H. Planejamento ambiental na cidade de São Carlos (SP) com ênfase nas áreas públicas e áreas verdes. Mestrado em Ecologia, UFSCar, 1996.

OLIVEIRA, Regina Célia de. *Medidas não estruturais na prevenção e controle de enchentes em áreas urbanas, como subsídios para o planejamento de uso e ocupação do solo: estudo de caso – bacia do córrego do Gregório – São Carlos (SP)*. Mestrado, EESC, São Carlos, 1999.

PALHARES, Marina Silveira. *Movimentos comunitários urbanos em São Carlos: a conquista da cidadania*. Doutorado, FE-USP, 1995.

PANHÓCA, Maria E.R. *O espaço público como ordenador da estrutura urbana: o centro de São Carlos*. Mestrado em Engenharia Urbana, São Carlos, UFSCar, 1998.

PATARRA, N. et alli. *Migração, Condições de Vida e Dinâmica Urbana*. Campinas: Unicamp. IE, 1997.

PECHMAN, Robert M. *Olhares sobre a cidade*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

PHILIPPI, A. Recriando a cidade: novos instrumentos de planejamento e gestão. In: *Questão Ambiental Urbana: Cidade de São Paulo*. São Paulo: Secretaria Municipal do Verde e do Meio-Ambiente, 1993.

- PINHEIRO, M.B. Mobilidade urbana e qualidade de vida: conceituações. In: *Anais do VIII Congresso de Pesquisa e Ensino em Transportes*. Vol. II, pp. 405-414, Recife, PE.
- PNUD/IPEA. *Relatório do desenvolvimento humano no Brasil*. Rio de Janeiro e Brasília, 1996.
- REBELATTO, D. *Influência do processo de ocupação do solo na bacia do Rio Gregório em São Carlos sobre a incidência de enchentes nas áreas próximas ao mercado municipal*. Mestrado, EESC, São Carlos, 1992.
- RIGOLIN, Márcia Regina Vazzoler. *Crescimento e pobreza em São Carlos*. Monografia de final do curso de bacharelado em Ciências Sociais, São Carlos, UFSCar, 1994.
- ROCHA, G.N. *Município e a Política Urbana no Brasil*. São Paulo, 1986.
- RODRIGUES, J.A. *Perfil Sócio-Econômico de São Carlos*. Núcleo de Pesquisa e Documentação. Série A- Estudos e Pesquisas. N° 1, UFSCar, São Carlos, 1984.
- RODRIGUES, Arlete Moysés. *Produção e consumo do e no espaço: problemática ambiental urbana*. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.
- RODRIGUES, Maria Cecília Prates. O desenvolvimento social nas regiões brasileiras. In: *Ciência Hoje: Revista de divulgação científica da sociedade brasileira para o progresso da ciência*. Vol. 13, n° 76, setembro de 1991.
- ROCHEFORT, M. *Redes e sistemas. Ensinando sobre o urbano e a região*. São Paulo, Hucitec, 1998.
- ROSSI, Dorival Campos. *Aspectos da metamorfose urbana de São Carlos*. Trabalho de iniciação científica - CNPQ, EESC-USP, São Carlos, 1987.

SACHS, Ignacy. *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*. São Paulo: Vertice, 1986.

----- *Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio-ambiente*. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

SALVADOR, N. Diretrizes do Plano Diretor de São Carlos para a preservação ambiental. In: *Anais do Seminário Plano Diretor de São Carlos: Projeto Cidade Urgente*. São Carlos, 1997.

SANCHES, S. *A contribuição da metodologia de dinâmica de sistemas para a construção de modelos de planejamento urbano e regional*. Mestrado em Urbanismo, São Carlos, USP, 1980.

SANTOS, M. *Técnica, Espaço e Tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*. São Paulo: ed. Hucitec, 1994.

----- O meio técnico-científico e a urbanização no Brasil. In: *Espaço e Debates*. São Paulo, nº5, 1988.

----- *Espaço e Método*. São Paulo, Nobel, 1985.

----- *A urbanização brasileira*. São Paulo, Hucitec, 1993.

----- *Metrópole corporativa e fragmentada*, Hucitec, 1990.

----- *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

----- *Por uma nova globalização: do pensamento único à consciência universal*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Record, 2000.

SCARLATO, Francisco C.; PONTIN, Joel Arnaldo. *O ambiente urbano*. São Paulo, Atual Editora, 1999 (Série Meio-Ambiente).

SCHERER, R. *Descentralização e Planejamento Urbano no Município de São*

- Paulo. Tese de Doutorado, São Paulo FAU-USP, 1987.
- SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO. *São Paulo em exame: São Carlos*. São Paulo: Coordenadoria de Ação Regional, 1990.
- SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO. *Plano metropolitano da grande São Paulo; 1994/2010*. São Paulo: Emplasa, 1994.
- SEN, Amartya. O Desenvolvimento como expansão de capacidades. *Lua Nova*. São Paulo: CEDEC, nº 28/29, p. 313-333, 1993.
- SILVA, José F.S. *Uma análise crítica sobre a visão de mundo dos meninos e meninas de rua da cidade de São Carlos*. Mestrado, PUC, São Paulo, 1993.
- SILVA, Paulo R. G. da. Qualidade de vida no meio urbano: Aspectos conceituais e metodológicos numa aproximação da problemática ambiental na gestão local. In: FISCHER, Tânia (Org.). *Gestão contemporânea: cidades estratégicas e organizações locais*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- SILVA, Antonio Nelson Rodrigues da. Os custos do não-planejamento em São Carlos. In: *Anais do Seminário Plano Diretor de São Carlos - Projeto Cidade Urgente, 1997, São Carlos, SP*.
- SILVA, Claudete de Castro. *Desenvolvimento econômico, modelo federativo e município no Brasil. Análise de estratégias de desenvolvimento econômico local nas gestões municipais de Ribeirão Preto (SP) na década de noventa*. Doutorado, FFLCH-USP, 1998.
- SILVA, A.A.; MELÃO, C.M.G.; O Direito à Qualidade de Vida na Cidade. *Revista Pólis*, nº 3, 1996.

- SILVEIRA, Maria Laura. Cidades intermedias: trabajo global, trabajo local. In: *Anais do 1º Simpósio Internacional sobre qualidade de vida em cidades médias*. Córdoba, Argentina, 1998.
- SINGER, P. *Economia Política da Urbanização*. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- SOJA, E. *Geografias Pós-Modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. São Paulo, 1993.
- SORRENTINO, M. *Associação para proteção ambiental de São Carlos: subsídios para compreensão das relações entre movimento ecológico e educação*. Mestrado, UFSCar, 1988.
- SOUTO, Ana Luiza et alii. *Como reconhecer um bom governo? O papel das administrações municipais na melhoria da qualidade de vida*. São Paulo, Pólis, 1995. pg 72.
- SOUSA, Amary. *Qualidade de vida urbana*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982 (Debates Urbanos, 7).
- SOUZA, M.A. *O governo urbano*. São Paulo, Nobel; 1989.
- SOUZA, M.P. et alii. *Utilização de Sig na análise de fatores ambientais para localização de atividades industriais no município de São Carlos – SP*. Texto conseguido no Centro de Recursos Hídricos e Ecologia Aplicada–EESC/USP, 1999.
- SPOSATI, A. *Vida urbana e gestão da pobreza*. São Paulo, SP: Cortez Editora, 1988.
- SPOSITO, Maria E.B. *Evolução urbana e segregação espacial*. *Anais da XXVI Semana de Estudos Geográficos: Urbanização, Reflexos e Tendências*. Rio Claro: UNESP, 1997.

- TROPPEMAIR, H. *Atlas da qualidade ambiental e de vida de Rio Claro/SP*. Rio Claro, UNESP, IGCE, 1992.
- TRUZZI, Oswaldo. *Café e indústria: São Carlos 1850-1950*. São Carlos, Arquivo de História Contemporânea: UFSCar, 1986.
- VALADARES, L. (org.). *1001 teses sobre o Brasil urbano*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1991.
- TAKEMOTO, Eduardo Akio. *Diagnóstico Viário e Urbanístico de uma malha urbana da cidade de São Carlos*. Trabalho de Graduação Integrado, DECiv/UFSCar, São Carlos, 1995.
- WCED - *World Commission on Environment and Development. Our common future*. Oxford University Press, 1987.
- YÁZIGI, E. *O mundo das calçadas. Por uma política de espaços públicos em São Paulo*. Tese de Livre-Docência, 1998, FFLCH/USP.
- VEIGA, José Eli da. A insustentável utopia do desenvolvimento. In: *Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil*. Lena Lavinas (org.), Hucitec, ANPUR, São Paulo, 1993.